

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília
Agosto/2014

MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**
Arno Hugo Augustin Filho**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Liscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**
Alex Pereira Benício**EQUIPE**

Artur Henrique da Silva Santos
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Jailison Weilly Silveira
Leandro de Lima Galvão

Arte

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 20, n. 07 (julho 2014). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	11
Despesas do Tesouro Nacional.....	13
Previdência Social.....	19
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22
Dívida Interna Líquida.....	23
Dívida Externa Líquida.....	26

Listá de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	6
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....	7
Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	9
Tabela 5 - Dividendos pagos à União.....	10
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios.....	11
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	12
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central.....	13
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	17
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	17
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	18
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social.....	19
Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	21
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	21
Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	23
Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	23
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	26

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	16
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

Resultado Fiscal do Governo Central

Em julho de 2014, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 2,2 bilhões, contra déficit de R\$ 1,9 bilhão em junho. O Tesouro Nacional apresentou superávit de R\$ 2,9 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 5,0 bilhões e R\$ 146,3 milhões, respectivamente.

R\$ Milhões

Discriminação do Resultado	Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central ¹ - Brasil - 2013/2014					
	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jan-Jul 2013	2014	Variação %
I. RECEITA TOTAL	93.280,3	101.203,2	8,5%	658.463,2	702.920,1	6,8%
Receitas do Tesouro	65.976,6	74.147,2	12,4%	492.414,6	519.017,5	5,4%
Receitas da Previdência Social	26.878,2	26.817,0	-0,2%	164.379,6	181.975,9	10,7%
Receitas do Banco Central	425,4	238,9	-43,8%	1.669,0	1.926,7	15,4%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.819,4	13.116,7	-11,5%	109.752,7	123.633,0	12,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	78.460,9	88.086,5	12,3%	548.710,5	579.287,1	5,6%
IV. DESPESA TOTAL	80.380,7	90.283,4	12,3%	510.393,9	564.057,0	10,5%
Despesas do Tesouro	48.752,3	58.085,7	19,1%	313.680,1	352.033,6	12,2%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	31.386,7	31.812,5	1,4%	194.496,3	210.136,0	8,0%
Despesas do Banco Central	241,7	385,2	59,4%	2.217,5	1.887,5	-14,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ²	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-1.919,9	-2.196,9	14,4%	38.316,6	15.230,0	-60,3%
Tesouro Nacional	2.404,9	2.944,9	22,5%	68.981,8	43.350,9	-37,2%
Previdência Social (RGPS)	-4.508,4	-4.995,5	10,8%	-30.116,6	-28.160,1	-6,5%
Banco Central ³	183,7	-146,3	-	-548,6	39,3	-
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				1,40%	0,52%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

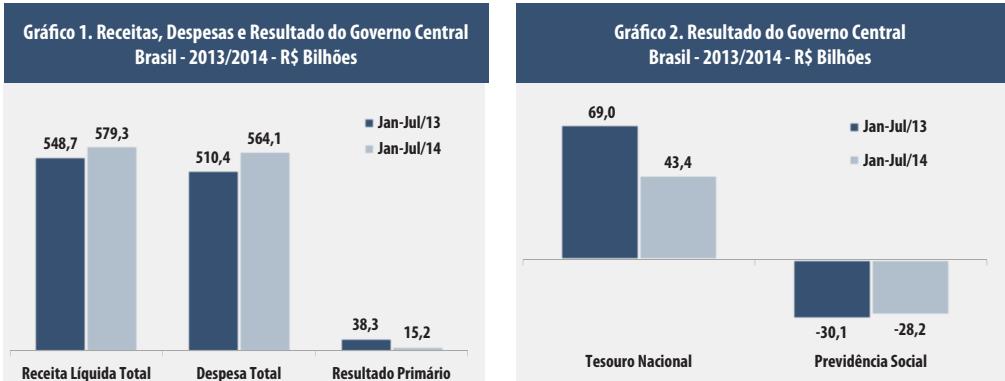
3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (incluir transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central aumentaram R\$ 7,9 bilhões (8,5%), devido, principalmente, aos acréscimos na arrecadação, por fatores sazonais, do IRPJ/CSLL e da cota parte de compensações financeiras.

As transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 1,7 bilhão (11,5%), decorrente, principalmente, da diminuição de R\$ 1,6 bilhão (13,6%) nas transferências constitucionais, explicada pelo impacto de arrecadação semestral do IRRF – Rendimentos do Capital na base de tributos compartilhados do primeiro decêndio do mês de junho.

As despesas do Governo Central apresentaram acréscimo de R\$ 9,9 bilhões (12,3%) no comparativo entre junho e julho de 2014. Observou-se aumento de R\$ 4,8 bilhões (28,2%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, de R\$ 4,7 bilhões (15,0%) nas despesas de Custeio e Capital e redução de R\$ 180,8 milhões (48,0%) nas transferências do Tesouro ao Banco Central.

O resultado primário do Governo Central, em julho de 2014, foi deficitário em R\$ 2,2 bilhões, contra déficit de R\$ 1,9 bilhão no mês anterior.



Em 2014, o superávit do Governo Central, acumulado até julho, foi de R\$ 15,2 bilhões, o equivalente a 0,52% do PIB.

Comparativamente ao acumulado no mesmo período de 2013, houve decréscimo de R\$ 23,1 bilhões (60,3%) no superávit até o mês de julho. Esse comportamento reflete o decréscimo de R\$ 25,6 bilhões (37,2%) no superávit do Tesouro Nacional, parcialmente compensado pela redução de R\$ 2,0 bilhões (6,5%) no déficit da Previdência Social e pela apuração de um superávit de R\$ 39,3 milhões no Banco Central, enquanto em 2013 houve um déficit de R\$ 548,6 milhões.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 44,5 bilhões (6,8%) relativamente ao acumulado até julho de 2013. Desse montante, destaque-se o crescimento das receitas de impostos (R\$ 14,1 bilhões), contribuições (R\$ 6,6 bilhões), demais receitas do Tesouro (R\$ 3,6 bilhões) e receitas previdenciárias (R\$ 17,6 bilhões).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 13,9 bilhões (12,7%) em 2014, em virtude, principalmente, do crescimento de R\$ 8,5 bilhões (10,1%) observado nas transferências constitucionais, de R\$ 1,8 bilhão nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, havendo sido pago R\$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados e Municípios (MP nº 629/2013), sem contrapartida em igual período de 2013, além do crescimento de R\$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente à segunda parcela, em abril de 2014, do auxílio financeiro aos Municípios de acordo com a Lei nº 12.859/2013.

Ainda com relação ao período compreendido entre janeiro e julho do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 53,7 bilhões (10,5%), destacando-se os incrementos de R\$ 7,8 bilhões (6,7%) nas despesas com pessoal e encargos sociais e de R\$ 25,8 bilhões (17,9%) nas outras despesas de custeio e capital. As variações mais significativas nas outras despesas de custeio e capital foram o aumento de R\$ 13,8 bilhões (13,7%) nas despesas discricionárias e de R\$ 7,4 bilhões (27,9%) nas despesas com o PAC. Cumpre destacar a incorporação como despesa primária do pagamento de auxílio à CDE em 2014 no montante de R\$ 5,3 bilhões, iniciado no mês de julho do ano anterior (R\$ 518,0 milhões), além das despesas de compensação do RGPS, que alcançaram R\$ 9,8 bilhões até julho de 2014, contra R\$ 4,3 bilhões em igual período de 2013, cujos pagamentos se iniciaram em abril daquele ano.

Discriminação	Jan - Jul		% PIB
	2013	2014	
GOVERNO CENTRAL	1,40%	0,52%	
Tesouro Nacional	2,52%	1,47%	
Previdência Social	-1,10%	-0,95%	
Banco Central	-0,02%	0,00%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2013	2014	
I. RECEITA TOTAL	93.280,3	101.203,2	8,5%	658.463,2	702.920,1	6,8%
I.1. Receitas do Tesouro	65.976,6	74.147,2	12,4%	492.414,6	519.017,5	5,4%
Receita Bruta ²	68.627,8	76.385,1	11,3%	503.069,9	527.380,7	4,8%
Impostos	33.282,3	34.643,8	4,1%	235.657,0	249.770,7	6,0%
IR	23.977,6	25.314,0	5,6%	171.870,3	183.451,7	6,7%
IPI	4.031,0	3.911,1	-3,0%	26.286,6	28.405,6	8,1%
Outros	5.273,7	5.418,7	2,7%	37.500,1	37.913,4	1,1%
Contribuições	26.920,0	28.481,2	5,8%	192.992,5	199.552,9	3,4%
Cofins	16.307,9	15.444,5	-5,3%	108.455,8	111.086,9	2,4%
CSLL	4.018,6	6.534,4	62,6%	39.789,4	41.139,4	3,4%
Pis/Pasep	4.323,2	4.073,3	-5,8%	28.887,9	29.788,8	3,1%
Cide-Combustíveis	0,7	0,9	34,3%	6,7	5,4	-19,6%
Outras	2.269,6	2.428,1	7,0%	15.852,8	17.532,5	10,6%
Demais	8.425,6	13.260,1	57,4%	74.420,5	78.057,1	4,9%
Cota parte de compensações financeiras	1.881,8	5.948,6	216,1%	23.029,2	25.903,2	12,5%
Diretamente arrecadadas	3.104,7	3.667,9	18,1%	27.301,1	26.834,8	-1,7%
Concessões	14,4	1.414,3	-	6.108,8	2.658,6	-56,5%
Dividendos	1.479,4	5,2	-99,7%	7.763,8	10.495,8	35,2%
Outras	1.945,3	2.224,0	14,3%	10.217,5	12.164,8	19,1%
(-) Restituições	-2.651,2	-2.237,8	-15,6%	-10.603,8	-8.357,0	-21,2%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-51,6	-6,3	-87,8%
I.2. Receitas da Previdência Social ³	26.878,2	26.817,0	-0,2%	164.379,6	181.975,9	10,7%
Receitas da Previdência Social - Urbano	26.280,0	26.268,4	0,0%	160.945,8	178.143,3	10,7%
Receitas da Previdência Social - Rural	598,3	548,6	-8,3%	3.433,8	3.832,6	11,6%
I.3. Receitas do Banco Central	425,4	238,9	-43,8%	1.669,0	1.926,7	15,4%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

A Receita do Governo Central apresentou acréscimo de 8,5% relativamente ao mês anterior, devido, principalmente, ao recolhimento, no mês de julho, da primeira cota ou cota única do IRPJ/CSLL e da participação especial da cota parte de compensações financeiras, apurada trimestralmente.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R\$ 7,8 bilhões (11,3%) em relação ao mês anterior, devido ao pagamento, em julho, da:

- (i) 1^a cota ou cota única referente à apuração trimestral do IRPJ/CSLL; (ii) participação especial na exploração de petróleo e gás natural; e (iii) parcela anual de outorga de serviços de infraestrutura aeroportuária.**

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R\$ 7,8 bilhões (11,3%), passando de R\$ 68,6 bilhões, em junho, para R\$ 76,4 bilhões em julho de 2014. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo aumento de R\$ 1,4 bilhão (4,1%) em impostos, de R\$ 1,6 bilhão (5,8%) em contribuições e de R\$ 4,8 bilhões (57,4%) em demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 34,6 bilhões e as de contribuições R\$ 28,5 bilhões, apresentando em seu conjunto um acréscimo de R\$ 2,9 bilhões (4,9%) em relação aos valores apurados em junho. Essa evolução reflete, principalmente:

- (i) acréscimo de R\$ 4,8 bilhões (65,5%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 2,5 bilhões (62,6%) na da CSLL. Tal resultado refletiu principalmente a arrecadação do pagamento, em julho de 2014, da 1^a cota ou cota única do IRPJ e CSLL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho de 2014;
- ii) decréscimo de R\$ 3,5 bilhões (62,2%) na arrecadação de IRRF - Rendimentos do Capital, devido ao recolhimento semestral deste tributo em junho, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004, sem correspondência em julho.

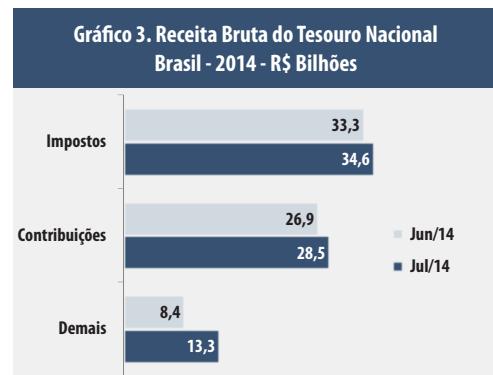
As demais receitas do Tesouro Nacional registraram aumento de R\$ 4,8 bilhões (57,4%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

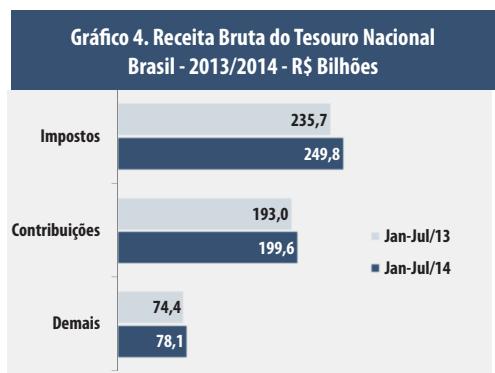
- i) acréscimo de R\$ 4,1 bilhões (216,1%) nas receitas de cota parte de compensações financeiras decorrente do recolhimento trimestral do pagamento da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural;
- ii) aumento de R\$ 1,4 bilhão nas receitas de concessões devido, principalmente, ao recolhimento da parcela anual relativa à contribuição fixa de outorga de serviços de infraestrutura portuária (aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília); e
- iii) decréscimo de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação de dividendos.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com o acumulado até julho de 2013, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 24,3 bilhões (4,8%), passando de R\$ 503,1 bilhões para R\$ 527,4 bilhões. Esse resultado decorre, principalmente,





do efeito conjugado do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, bem como das desonerações tributárias, em especial, da folha de pagamento. Destaque-se que em maio de 2013 ocorreu arrecadação extraordinária de R\$ 4,0 bilhões, referente a Cofins (R\$ 1,0 bilhão) e ao IRPJ/CSLL (R\$ 3,0 bilhões).

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 9,5 bilhões (12,2%) na arrecadação de IRRF, sobretudo em função de: a) crescimento de R\$ 4,9 bilhões nas receitas com IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente da variação nominal de 10,4% da massa salarial habitual, nos meses de dezembro de 2013 a junho de 2014, em relação a igual período dos anos anteriores; b) acréscimo de R\$ 2,8 bilhões no IRRF – Rendimentos de Capital devido, principalmente, aos aumentos de 42,8% do imposto de renda incidente sobre aplicação financeira de renda fixa, e de 24,9% na arrecadação do item Outros; e c) R\$ 1,4 bilhão no IRRF – Remessas ao Exterior, explicado sobretudo pelo

comportamento dos itens royalties e assistência técnica (27,2%) e juros sobre capital próprio (16,6%);

ii) incremento de R\$ 2,6 bilhões (2,4%) na Cofins e de R\$ 900,9 milhões (3,1%) no Pis/Pasep, devido, sobretudo, ao efeito conjugado de: a) crescimento de 0,6% do volume de vendas de dezembro de 2013 a junho de 2014 em relação ao período de dezembro de 2012 a junho de 2013 (PMC-IBGE); b) compensações tributárias; c) alteração da base de cálculo do PIS/Cofins-Importação, em conformidade com a Lei nº 12.865/2012; e d)

Até julho de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 44,5 bilhões (6,8%) em relação ao ano anterior.

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jul	
	2013	2014
RECEITA BRUTA ¹	18,34%	17,85%
Impostos	8,59%	8,46%
IR	6,27%	6,21%
IPI	0,96%	0,96%
Outros	1,37%	1,28%
Contribuições	7,04%	6,76%
Cofins	3,95%	3,76%
CSLL	1,45%	1,39%
Pis/Pasep	1,05%	1,01%
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%
Outras	0,58%	0,59%
Demais	2,71%	2,64%
Cota parte de compensações financeiras	0,84%	0,88%
Dirretamente arrecadadas	1,00%	0,91%
Concessões	0,22%	0,09%
Dividendos	0,28%	0,36%
Outras	0,37%	0,41%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Discriminação	Jan - Jul		R\$ Milhões
	2013	2014	
			2013/2014
Banco do Brasil	1.317,5	1.234,2	
BNB	62,1	42,1	
BNDES	4.076,4	4.829,7	
Caixa	1.200,0	1.762,0	
Correios	101,1	0,0	
Eletrobras	18,4	230,5	
IRB	1,1	50,0	
Petrobras	502,4	2.012,7	
Demais	484,9	334,6	
Total	7.763,8	10.495,8	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

arrecadação de tributos, bem como pela arrecadação extraordinária, em maio de 2013, no valor de cerca de R\$ 3,0 bilhões referentes a IRPJ/CSLL, em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária e pela diferença, a maior, de cerca de R\$ 4,0 bilhões de pagamentos efetuados por meio de compensações tributárias, afetando, especialmente, o item relativo à "Estimativa Mensal"; e

v) incremento de R\$ 1,1 bilhão (10,8%) no Salário Educação.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R\$ 3,6 bilhões (4,9%), em relação ao acumulado de 2013, decorrente, principalmente, do efeito conjugado dos seguintes fatores:

i) do aumento de R\$ 2,9 bilhões (12,5%) nas receitas referentes à cota parte de compensações financeiras, passando de R\$ 23,0 bilhões até julho de 2013 para R\$ 25,9 bilhões no mesmo período de 2014, devido ao aumento da produção de petróleo e da taxa média de câmbio;

ii) da arrecadação de R\$ 10,5 bilhões proveniente de dividendos, enquanto no mesmo período de 2013 essa receita havia sido de R\$ 7,8 bilhões;

iii) do crescimento de R\$ 1,4 bilhão (40,0%) de Outras receitas, influenciado sobretudo pelos recolhimentos relativos aos Parcelamentos da Lei nº 12.865/2013 e pela reabertura desses por meio da Lei nº 12.974/2014, sem contrapartida até julho de 2013; e

iv) da redução de R\$ 3,5 bilhões (56,5%) em Concessões, principalmente em função do bônus de assinatura de contrato de concessão de campos de petróleo relativos à 11ª rodada da ANP realizado em julho de 2013 e também ao recolhimento, em maio e junho de 2013, de receitas advindas da outorga de serviços de telecomunicações.

recolhimento extraordinário, referente a depósito judicial em maio de 2013, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;

iii) crescimento de R\$ 2,1 bilhões (8,1%) no IPI, principalmente em função do crescimento do IPI – Outros e IPI – Automóveis associado à recomposição da alíquota incidente sobre a aquisição de automóveis, móveis e linha branca;

iv) crescimento de R\$ 1,4 bilhão (3,4%) na CSLL e de 1,1 bilhão (1,4%) no IRPJ determinado, em grande parte, pelo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2013	2014	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	14.819,4	13.116,7	-11,5%	109.752,7	123.633,0	12,6%
Transferências Constitucionais	11.685,6	10.102,1	-13,6%	83.783,9	92.284,9	10,1%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	162,5	162,5	0,0%	1.137,5	2.925,0	157,1%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	-	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	2.971,3	2.852,1	-4,0%	24.774,0	28.307,0	14,3%
Salário Educação	829,2	841,6	1,5%	5.860,6	6.450,2	10,1%
Royalties	1.439,3	1.307,4	-9,2%	12.885,3	12.734,7	-1,2%
Fundef/Fundeb	685,8	685,8	0,0%	5.857,0	7.430,3	26,9%
Outras	17,0	17,2	0,8%	171,0	1.691,8	889,4%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

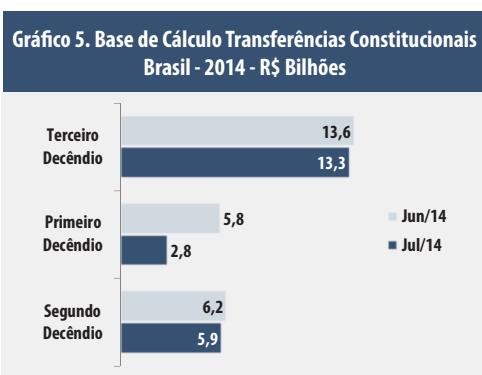
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 1,7 bilhão (11,5%) em julho de 2014, devido à diminuição da base de tributos compartilhados, explicada pelo recolhimento semestral do IRRF - Rendimentos do Capital no primeiro decêndio de junho.

Transferências do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em julho de 2014, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram redução de R\$ 1,7 bilhão (11,5%), totalizando R\$ 13,1 bilhões, contra R\$ 14,8 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

- i) da diminuição de R\$ 1,6 bilhão (13,6%) nas transferências constitucionais, explicada, principalmente, pelo impacto de arrecadação semestral do IRRF – Rendimentos do Capital na base de tributos compartilhados do primeiro decêndio do mês de junho; e
- ii) do decréscimo de R\$ 131,8 milhões (9,2%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997.



Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação a 2013, as transferências apresentaram crescimento de R\$ 13,9 bilhões (12,6%), influenciadas pelo aumento de R\$ 8,5 bilhões (10,2%) nas transferências constitucionais e pelo aumento de R\$ 3,5 bilhões em Demais Transferências.

No acumulado até julho, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 13,9 bilhões (12,6%), elevando-se de R\$ 109,8 bilhões em 2013 para R\$ 123,6 bilhões em 2014. As principais variações no período foram:

- i) aumento de R\$ 8,5 bilhões (10,2%) nas transferências constitucionais, reflexo do aumento da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente em função da reclassificação, em dezembro de 2013, do Refis, com impacto nas transferências de janeiro de 2014;
- ii) crescimento de R\$ 1,8 bilhão (157,1%) nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002 (totalizando R\$ 2,9 bilhões em 2014), explicado pelo pagamento de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), no montante de R\$ 1,9 bilhão no mês de janeiro, sem evento correspondente em igual período de 2013;
- iii) acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (26,9%) nas transferências relacionadas ao Fundeb; e
- iv) elevação de R\$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente à segunda parcela do auxílio financeiro aos Municípios de acordo com a Lei nº 12.859/2013, paga em abril de 2014, sem contrapartida até o mesmo período do ano anterior, pois a primeira parcela foi paga em setembro de 2013.

% PIB

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jul	
	2013	2014
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,00%	4,19%
Transferências Constitucionais	3,05%	3,12%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,04%	0,10%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,00%	0,00%
Demais Transferências	0,90%	0,96%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2013	2014	
I. DESPESA TOTAL	80.380,7	90.283,4	12,3%	510.393,9	564.057,0	10,5%
I.1. Despesas do Tesouro	48.752,3	58.085,7	19,1%	313.680,1	352.033,6	12,2%
Pessoal e Encargos Sociais ²	17.083,8	21.895,0	28,2%	116.543,6	124.350,1	6,7%
Custeio e Capital	31.291,7	35.994,7	15,0%	195.844,0	226.107,1	15,5%
Despesa do FAT	3.664,9	4.664,7	27,3%	25.073,5	23.663,2	-5,6%
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	685,8	576,7	-15,9%	6.720,4	5.542,6	-17,5%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴	3.478,3	3.485,6	0,2%	19.646,8	21.936,8	11,7%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	800,0	1.200,0	0,5	518,0	5.301,8	9,2
Outras Despesas de Custeio e Capital	22.662,8	26.067,8	15,0%	143.885,4	169.662,7	17,9%
Outras Despesas de Custeio	17.215,1	19.378,4	12,6%	105.101,1	122.610,8	16,7%
Outras Despesas de Capital ⁵	5.447,7	6.689,4	22,8%	38.784,3	47.051,8	21,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	376,8	196,0	-48,0%	1.292,5	1.576,4	22,0%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) ⁶	31.386,7	31.812,5	1,4%	194.496,3	210.136,0	8,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	23.877,2	24.321,8	1,9%	150.450,9	162.435,9	8,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	7.509,5	7.490,7	-0,3%	44.045,3	47.700,1	8,3%
I.3. Despesas do Banco Central	241,7	385,2	59,4%	2.217,5	1.887,5	-14,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.

6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Despesas do Tesouro Nacional

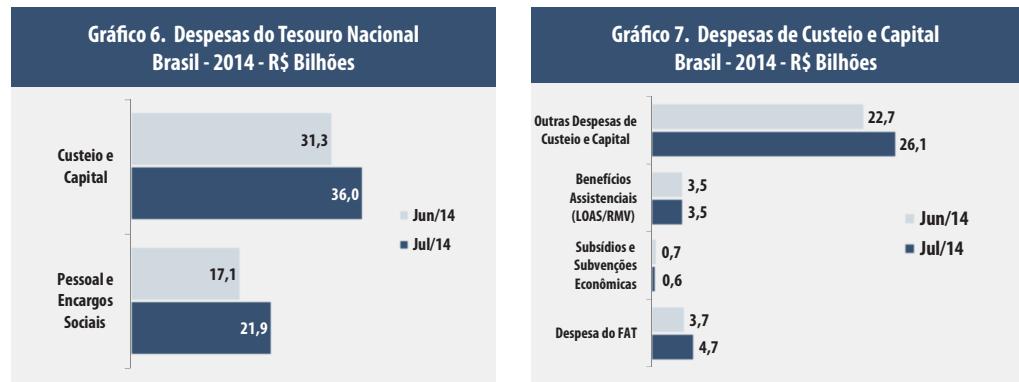
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 58,1 bilhões, representando um aumento de R\$ 9,3 bilhões (19,1%) em relação a junho de 2014. Esse comportamento decorreu do acréscimo de R\$ 4,8 bilhões (28,2%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, da elevação de R\$ 4,7 bilhões (15,0%) nas despesas de Custeio e Capital e da redução de R\$ 180,8 milhões (48,0%) nas transferências do Tesouro ao Banco Central.

As despesas de pessoal e encargos totalizaram R\$ 21,4 bilhões no mês frente a R\$ 17,1 bilhões em junho de 2014, principalmente em virtude do adiantamento do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

Em julho, as despesas do Governo Central aumentaram R\$ 9,9 bilhões (12,3%), explicado, principalmente, pelo: (i) adiantamento da gratificação natalina dos servidores do Poder Executivo; (ii) início do pagamento do benefício do abono salarial (FAT), conforme Resolução Codefat nº 731/2014; e (iii) acréscimo nos investimentos do PAC.



i) aumento de R\$ 3,4 bilhões (15,0%) no item Outras Despesas de Custeio e Capital, concentradas principalmente no aumento de R\$ 2,2 bilhões (81,1%) nas despesas com PAC. Adicionalmente, em julho, houve aumento de R\$ 1,0 bilhão (6,0%) das despesas discricionárias, dentre as quais se destacam os acréscimos observados nos desembolsos do Ministério da Educação (aumento de R\$ 841,4 milhões) e do Ministério da Saúde (elevação de R\$ 796,8 milhões);

ii) acréscimo de R\$ 999,8 milhões (27,3%) nas despesas do FAT, devido ao pagamento do benefício do abono salarial, que observa o calendário atual referente ao exercício 2014/2015 (julho/2014 a junho/2015), regulamentado pela Resolução Codefat nº 731/2014; e

iii) aumento de R\$ 400,0 milhões (50,0%) nas despesas referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014			
Discriminação	Jun/14	Jul/14	Variação %
Precatórios e Sentenças	98,3	174,2	77,2%
Legislativo	117,0	154,2	31,8%
Judiciário	695,4	794,8	14,3%
Crédito Extraordinário ¹	176,4	228,3	29,4%
PAC ²	2.763,9	5.006,8	81,1%
Outras ³	282,3	323,6	14,6%
Compensação RGPS ⁴	1.717,6	1.558,5	-9,3%
Discricionárias	16.811,9	17.827,4	6,0%
Min. da Saúde	7.245,5	7.220,4	-0,3%
Min. do Des. Social	1.604,1	2.400,9	49,7%
Min. da Educação	3.043,5	3.884,9	27,6%
Min. da Defesa	1.384,9	1.335,5	-3,6%
Min. da Ciência e Tec.	481,5	536,6	11,4%
Min. do Des. Agrário	132,0	207,2	56,9%
Min. da Justiça	323,7	286,7	-11,4%
Min. da Previdência	259,4	202,5	-21,9%
Min. dos Transportes	80,1	96,8	20,8%
Min. das Cidades	147,2	94,0	-36,1%
Demais	2.109,9	1.562,0	-26,0%
Total	22.662,8	26.067,8	15,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

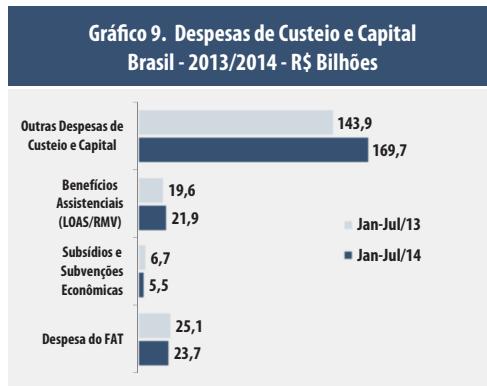
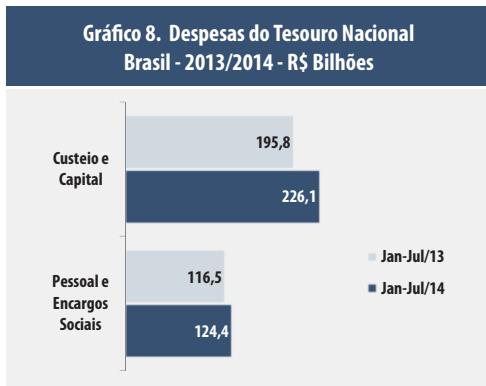
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 38,4 bilhões (12,2%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2013, destacando-se as variações de R\$ 30,3 bilhões (15,5%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 7,8 bilhões (6,7%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.



O aumento de R\$ 30,3 bilhões observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2013, pode ser explicado por:

i) crescimento de R\$ 25,8 bilhões (17,9%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R\$ 13,8 bilhões (13,7%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R\$ 7,4 bilhões (27,9%) nas despesas do PAC; e c) aumento de R\$ 5,5 bilhões (126,5%) na despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Cumpre destacar que a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social é realizada nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de março de 2013, sendo que o primeiro dispêndio ocorreu em abril de 2013. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 7,0 bilhões (16,4%); do Ministério da Educação, com incremento de R\$ 3,8 bilhões (21,9%); e do Ministério da Defesa, com aumento de R\$ 1,5 bilhão (23,1%);

ii) aumento de R\$ 4,8 bilhões (923,5%) nas despesas em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), devido ao fato de o primeiro pagamento ter acontecido em julho de 2013;

iii) incremento de R\$ 2,3 bilhões (11,7%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2013. Essa variação é explicada pelo aumento de 5,0% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 9,0% e de 6,8% do salário mínimo nos anos de 2013 e 2014, respectivamente;

iv) redução de R\$ 1,4 bilhão (5,6%) nas despesas do FAT, devido à alteração

Em comparação ao acumulado de 2013, os gastos com o PAC apresentaram incremento de 27,9%, alcançando um total de R\$ 33,8 bilhões em 2014.

R\$ Milhões

Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jul		Variação %
	2013	2014	
Precatórios e Sentenças	461,2	813,1	76,3%
Legislativo	854,9	959,1	12,2%
Judiciário	4.103,8	4.700,6	14,5%
Crédito Extraordinário ¹	4.081,2	2.837,7	-30,5%
PAC ²	26.458,5	33.843,2	27,9%
Outras ³	2.364,3	1.640,5	-30,6%
Compensação RGPS ⁴	4.316,6	9.775,0	126,5%
Discricionárias	101.245,0	115.093,4	13,7%
Min. da Saúde	42.921,9	49.969,0	16,4%
Min. do Des. Social	16.091,3	15.214,0	-5,5%
Min. da Educação	17.399,3	21.207,2	21,9%
Min. da Defesa	6.305,9	7.761,2	23,1%
Min. da Ciência e Tec.	2.894,1	3.281,6	13,4%
Min. do Des. Agrário	1.110,5	1.204,2	8,4%
Min. da Justiça	1.803,3	2.112,9	17,2%
Min. da Previdência	1.240,2	1.364,6	10,0%
Min. dos Transportes	646,8	634,6	-1,9%
Min. das Cidades	828,9	702,7	-15,2%
Demais	10.002,7	11.641,4	16,4%
Total	143.885,4	169.662,7	17,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

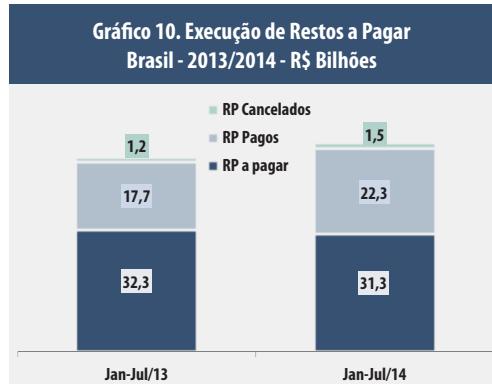
que houve diminuição de R\$ 3,2 bilhões no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até julho de 2014, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 22,3 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 5,4 bilhões), Educação (R\$ 5,0 bilhões) e da Defesa (R\$ 3,0 bilhões).

na sistemática de pagamento do abono salarial em 2014; e

v) redução de R\$ 1,2 bilhão (17,5%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, em relação ao acumulado em 2013, alcançando R\$ 5,5 bilhões. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (diminuição de R\$ 1,2 bilhão); b) Equalização de custeio agropecuário (aumento de R\$ 428,2 milhões); e c) Política de preços agrícolas (elevação de R\$ 390,8 milhões).

Os dispêndios com a folha salarial tiveram redução de 0,04 p.p., passando de 4,25% do PIB, no valor acumulado até julho de 2013, para 4,21% do PIB, no mesmo período de 2014. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 7,8 bilhões (6,7%), passando de R\$ 116,5 bilhões no acumulado até julho de 2013, para R\$ 124,4 bilhões em 2014. Cumple destacar

**Gráfico 10. Execução de Restos a Pagar
Brasil - 2013/2014 - R\$ Bilhões**


R\$ Milhões

**Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas
Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2013/2014**

Discriminação	Jan - Jul	
	2013	2014
Agricultura	3.017,6	1.945,3
Custeio Agropecuário	102,0	530,2
Investimento Rural	360,4	82,9
Preços Agrícolas	164,0	554,8
EGF	85,1	7,6
AGF	-90,4	329,2
Sustent. de preços	169,3	218,0
Pronaf	1.714,2	472,8
Pesa	567,7	272,9
Álcool	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	56,1	-19,6
FUNCAFÉ	48,6	51,4
Revitaliza	4,6	0,0
Outros	1.046,1	836,0
PSI	87,9	98,8
Op. Microcredito (EQMPO)	247,0	118,1
Op. Microcredito (EQPCD)	0,1	0,8
FND	0,0	0,0
FSA	250,0	40,0
Exportação (Proex)	178,3	292,1
Itaipu ¹	282,7	286,1
Capitalização à EMGEA	0,0	0,0
Total	4.063,7	2.781,3

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

R\$ Milhões

**Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano
Brasil - 2008/2014**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%
Jul/08	2.756.897,3	9,0%	1.332.093,6	9,6%	1.424.803,7	8,3%
Jul/09	3.008.563,0	9,1%	1.463.163,3	9,8%	1.545.399,7	8,5%
Jul/10	3.241.330,9	7,7%	1.566.142,3	7,0%	1.675.188,6	8,4%
Jul/11	3.464.730,9	6,9%	1.644.664,1	5,0%	1.820.066,7	8,6%
Jul/12	3.644.682,4	5,2%	1.704.237,6	3,6%	1.940.444,9	6,6%
Jul/13	3.826.619,3	5,0%	1.770.957,9	3,9%	2.055.661,4	5,9%
Jul/14	4.019.362,1	5,0%	1.841.627,3	4,0%	2.177.734,9	5,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Jul	
	2013	2014
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	11,44%	11,92%
Pessoal e Encargos Social	4,25%	4,21%
Custeio e Capital	7,14%	7,65%
Despesas do FAT	0,91%	0,80%
Subsídios e Subvenções ¹	0,25%	0,19%
LOAS/RMV	0,72%	0,74%
Outras	5,25%	5,74%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Previdência Social

R\$ Milhões

Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2013	2014	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	26.878,2	26.817,0	-0,2%	164.379,6	181.975,9	10,7%
Arrecadação Bruta	29.771,9	29.747,7	-0,1%	184.382,7	204.382,0	10,8%
Contribuição Previdenciária	25.076,5	25.369,3	1,2%	161.600,8	174.463,4	8,0%
Simples	2.803,3	2.660,8	-5,1%	16.897,2	18.924,2	12,0%
CFT	0,0	0,0	-	99,1	0,0	-100,0%
Depósitos Judiciais	167,2	154,1	-7,9%	1.409,7	1.160,6	-17,7%
Refis	7,2	5,0	-30,6%	59,3	58,7	-1,0%
Compensação RGPS ¹	1.717,6	1.558,5	-9,3%	4.316,6	9.775,0	126,5%
(-) Restituição/Devolução	-28,0	-47,2	68,7%	-562,0	-575,5	2,4%
(-) Transferências a Terceiros	-2.865,6	-2.883,4	0,6%	-19.441,1	-21.830,6	12,3%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	31.386,7	31.812,5	1,4%	194.496,3	210.136,0	8,0%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-4.508,4	-4.995,5	10,8%	-30.116,6	-28.160,1	-6,5%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,10%	-0,95%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1 Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Em julho de 2014, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 5,0 bilhões contra déficit de R\$ 4,5 bilhões no mês anterior.

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em julho de 2014, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 5,0 bilhões, contra um déficit de R\$ 4,5 bilhões em junho. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

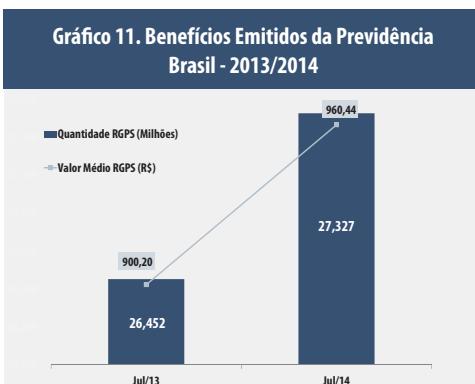
- i) aumento de R\$ 425,8 milhões (1,4%) no total de despesas com benefícios previdenciários; e
- ii) diminuição de R\$ 61,2 milhões (0,2%) da arrecadação líquida de julho, em virtude das reduções de R\$ 159,1 milhões (9,3%) do montante de compensações ao RGPS e de R\$ 142,6 milhões (5,1%) na arrecadação com o Simples, não compensadas pelo aumento de R\$ 292,8 (1,2%) milhões na arrecadação das contribuições previdenciárias.

Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até julho de 2013, o déficit previdenciário passou de 1,10% do PIB em 2013 para 0,95% do PIB em 2014. Em termos nominais, o déficit teve uma redução de R\$ 2,0 bilhões (6,5%) até julho, acumulando R\$ 28,2 bilhões no ano, contra R\$ 30,1 bilhões em 2013.

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de abril de 2013.



A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 17,6 bilhões (10,7%). Isso se deve ao crescimento de 10,4% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2013 a junho de 2014, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que refletiu o aumento de R\$ 12,9 bilhões (8,0%) nas contribuições previdenciárias. Outro fator que explica o aumento na arrecadação líquida foi o acréscimo de R\$ 5,5 bilhões (126,5%) do montante de compensações do RGPS.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 15,6 bilhões (8,0%), comparativamente ao período idêntico do exercício de 2013, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

- i) aumento de R\$ 59,74 (6,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;
- ii) elevação de 6,3 milhões no número de benefícios pagos em 2014 (3,5%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 4,3 milhões de benefícios referentes a aposentadorias, de 1,2 milhão referente a pensões por morte e 640,1 mil de benefícios referentes a auxílio-doença;
- iii) pagamento de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários no valor de R\$ 3,6 bilhões até julho de 2014 contra o pagamento de R\$ 5,8 bilhões no mesmo período de 2013.

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2013/2014

Discriminação	R\$ Milhões		Variação %	% PIB		
	Jan - Jul			Jan - Jul		
	2013	2014		2013	2014	
CONTRIBUIÇÃO	164.379,6	181.975,9	10,7%	5,99%	6,16%	
Urbano	160.945,8	178.143,3	10,7%	5,87%	6,03%	
Rural	3.433,8	3.832,6	11,6%	0,13%	0,13%	
BENEFÍCIOS	194.496,3	210.136,0	8,0%	7,09%	7,11%	
Urbano	150.450,9	162.435,9	8,0%	5,49%	5,50%	
Rural	44.045,3	47.700,1	8,3%	1,61%	1,61%	
RESULTADO PRIMÁRIO	-30.116,6	-28.160,1	-6,5%	-1,10%	-0,95%	
Urbano	10.494,9	15.707,3	49,67%	0,38%	0,53%	
Rural	-40.611,6	-43.867,5	8,0%	-1,48%	-1,49%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2013	2014	
BENEFÍCIOS DO RGPS	27.327	27.434	0,4%	183.941	190.258	3,4%
Previdênciários	26.475	26.577	0,4%	178.066	184.298	3,5%
Aposentadorias	17.619	17.676	0,3%	118.354	122.648	3,6%
Idade	9.322	9.355	0,4%	62.334	64.851	4,0%
Invalidez	3.148	3.154	0,2%	21.562	21.970	1,9%
Tempo de contribuição	5.149	5.167	0,4%	34.457	35.827	4,0%
Pensão por morte	7.230	7.246	0,2%	49.198	50.422	2,5%
Auxílio-Doença	1.442	1.468	1,8%	9.340	9.976	6,8%
Salário - maternidade	89	92	2,7%	599	602	0,4%
Outros	95	95	0,4%	574	650	13,1%
Acidentários	852	856	0,4%	5.875	5.960	1,5%
Aposentadorias	193	193	0,3%	1.287	1.340	4,1%
Pensão por morte	120	119	-0,1%	852	839	-1,5%
Auxílio - doença	172	175	1,7%	1.204	1.208	0,3%
Auxílio - acidente	308	309	0,3%	2.082	2.148	3,2%
Auxílio - suplementar	60	60	-0,4%	450	426	-5,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Em julho de 2014,
a Dívida Líquida do
Tesouro Nacional
atingiu 19,6% do PIB,
1,0 p.p. inferior ao
montante registrado
em julho de 2013.**

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 991,1 bilhões em julho de 2014. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R\$ 23,0 bilhões, consequência do acréscimo de R\$ 23,5 bilhões na dívida interna líquida e da redução de R\$ 494,2 milhões no estoque da dívida externa líquida.

R\$ Milhões

Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jul/13	Jul/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	876.775,3	900.271,6	2,7%	862.437,6	900.271,6	4,4%
Dívida Interna	3.068.537,5	3.006.429,0	-2,0%	2.749.421,8	3.006.429,0	9,3%
Haveres Internos	2.191.762,3	2.106.157,4	-3,9%	1.886.984,2	2.106.157,4	11,6%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.334,5	90.840,4	-0,5%	91.857,9	90.840,4	-1,1%
Dívida Externa	91.718,4	91.205,6	-0,6%	92.698,2	91.205,6	-1,6%
Haveres Externos	383,9	365,3	-4,8%	840,3	365,3	-56,5%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	968.109,8	991.111,9	2,4%	954.295,5	991.111,9	3,9%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	19,3%	19,6%		20,6%	19,6%	

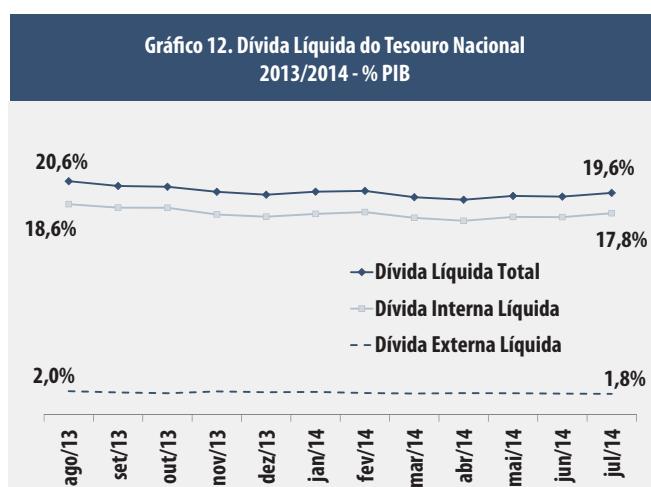
Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a julho de 2013, a DLTN aumentou R\$ 36,8 bilhões, em decorrência do aumento de R\$ 37,8 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da redução de R\$ 1,0 bilhão no estoque da dívida externa líquida.

Em percentual do PIB, a DLTN reduziu cerca de 1,0 p.p. no mesmo período, passando de 20,6% em julho de 2013 para 19,6% em julho de 2014.



Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jul/13	Jul/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	3.068.537,5	3.006.429,0	-2,0%	2.749.421,8	3.006.429,0	9,3%
Dívida Mobiliária	3.081.907,2	3.019.839,2	-2,0%	2.746.027,9	3.019.839,2	10,0%
DPMFi em Poder do PÚBLICO ¹	2.111.247,1	2.081.973,6	-1,4%	1.864.306,6	2.081.973,6	11,7%
DPMFi em Poder do Banco Central	1.000.465,0	970.900,6	-3,0%	914.713,8	970.900,6	6,1%
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	-29.804,9	-33.034,9	10,8%	-32.992,5	-33.034,9	0,1%
Demais Obrigações Internas	-13.369,7	-13.410,3	0,3%	3.393,9	-13.410,3	-495,1%
II. HAVERES INTERNOS	2.191.762,3	2.106.157,4	-3,9%	1.886.984,2	2.106.157,4	11,6%
Disponibilidades Internas	656.122,4	572.057,3	-12,8%	489.228,7	572.057,3	16,9%
Haveres junto aos Governos Regionais	535.630,6	532.054,2	-0,7%	512.503,0	532.054,2	3,8%
Haveres da Administração Indireta	366.147,8	365.267,9	-0,2%	315.429,6	365.267,9	15,8%
Haveres Administrados pela STN	633.861,5	636.778,1	0,5%	569.822,8	636.778,1	11,8%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	876.775,3	900.271,6	2,7%	862.437,6	900.271,6	4,4%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ³	17,5%	17,8%		18,6%	17,8%	

Fonte: Tesouro Nacional

No mês de julho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 900,3 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 23,5 bilhões em relação ao mês anterior, consequência da redução de R\$ 85,6 bilhões no saldo de haveres internos, não compensada pela diminuição de R\$ 62,1 bilhões no estoque da dívida interna bruta. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 17,8% em julho de 2014.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, reduziu R\$ 62,1 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pelo resgate líquido de R\$ 86,8 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R\$ 28,0 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jul/13	Jul/14	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	2.111.247,1	2.081.973,6	-1,4%	1.864.306,6	2.081.973,6	11,7%
LFT	411.169,4	421.419,9	2,5%	427.682,5	421.419,9	-1,5%
LTN	655.614,8	613.226,7	-6,5%	530.496,9	613.226,7	15,6%
NTN-B	709.154,1	720.462,2	1,6%	609.142,1	720.462,2	18,3%
NTN-C	71.143,7	68.668,7	-3,5%	65.224,9	68.668,7	5,3%
NTN-F	227.884,8	221.733,8	-2,7%	195.588,1	221.733,8	13,4%
Demais ¹	36.280,2	36.462,3	0,5%	36.172,0	36.462,3	0,8%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-29.804,9	-33.034,9	10,8%	-32.992,5	-33.034,9	0,1%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.000.465,0	970.900,6	-3,0%	914.713,8	970.900,6	6,1%
TOTAL	3.081.907,2	3.019.839,2	-2,0%	2.746.027,9	3.019.839,2	10,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou decréscimo de 0,8 p.p. comparativamente a julho do ano anterior.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 28,0 bilhões e pelo resgate líquido de R\$ 86,8 bilhões.

A carteira de títulos em poder do público reduziu em R\$ 29,3 bilhões em relação ao mês anterior. Houve resgate líquido de R\$ 48,4 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 19,2 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, houve apropriação de juros no valor de R\$ 8,8 bilhões e resgate líquido de R\$ 38,4 bilhões, sendo que houve uma redução no estoque de R\$ 29,6 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional¹ - Brasil - 2014

Discriminação	Saldo Jun/14	Fatores de Variação ²			Saldo Jul/14
		Emissões	Resgates ³	Juros ⁴	
EM PODER DO PÚBLICO	2.111.247,1	31.296,0	-79.731,2	19.161,6	2.081.973,6
LFT	411.169,4	6.393,5	-66,1	3.923,0	421.419,9
LTN	655.614,8	15.062,5	-62.990,0	5.539,3	613.226,7
NTN-B	709.154,1	6.801,4	-2.072,1	6.578,8	720.462,2
NTN-C	71.143,7	0,0	-2.744,0	269,1	68.668,7
NTN-F	227.884,8	2.718,8	-11.312,2	2.442,4	221.733,8
Demais ⁵	36.280,2	319,9	-546,8	409,0	36.462,3
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.000.465,0	13.291,3	-51.674,3	8.818,6	970.900,6
TOTAL	3.111.712,1	44.587,3	-131.405,5	27.980,2	3.052.874,2

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

4. Refere-se aos juros apropriados por competência.

5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 85,6 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o decréscimo de R\$ 84,1 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de julho do exercício de 2013, houve aumento de R\$ 219,2 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional, fruto, sobretudo, do acréscimo de R\$ 82,8 bilhões nas disponibilidades internas, que teve como destaque o saldo da conta única. Outros fatores que explicam o aumento dos haveres internos do Tesouro Nacional, em relação a julho de 2013, foram os acréscimos de R\$ 67,0 bilhões nos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional e de R\$ 49,8 bilhões nos haveres da administração indireta.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 37,8 bilhões, passando de R\$ 862,4 bilhões, em julho de 2013, para R\$ 900,3 bilhões em julho de 2014. Esse comportamento é consequência do crescimento de R\$ 257,0 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que superou o aumento de R\$ 219,2 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve redução, passando de 18,6% para 17,8%.

R\$ Milhões

Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jul/13	Jul/14	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	656.122,4	572.057,3	-12,8%	489.228,7	572.057,3	16,9%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	535.630,6	532.054,2	-0,7%	512.503,0	532.054,2	3,8%
Lei 9.496/97	422.505,4	419.336,3	-0,8%	400.004,7	419.336,3	4,8%
MP 2.185/01	73.815,0	73.470,5	-0,5%	67.620,2	73.470,5	8,7%
Lei 8.727/93	13.280,9	13.178,6	-0,8%	17.111,7	13.178,6	-23,0%
Antecipação de Royalties	5.291,9	5.248,4	-0,8%	6.380,3	5.248,4	-17,7%
Bônus Renegociados	4.712,5	4.856,9	3,1%	5.518,2	4.856,9	-12,0%
Demais Haveres	16.025,1	15.963,5	-0,4%	15.868,0	15.963,5	0,6%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	366.147,8	365.267,9	-0,2%	315.429,6	365.267,9	15,8%
FAT	198.978,4	195.066,6	-2,0%	177.416,2	195.066,6	9,9%
Fundos Regionais	88.149,1	88.893,7	0,8%	79.541,0	88.893,7	11,8%
Demais	79.020,3	81.307,5	2,9%	58.472,4	81.307,5	39,1%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	633.861,5	636.778,1	0,5%	569.822,8	636.778,1	11,8%
TOTAL	2.191.762,3	2.106.157,4	-3,9%	1.886.984,2	2.106.157,4	11,6%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Externa Líquida

Em julho de 2014, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 90,8 bilhões, que equivale a 1,8% do PIB.

Discriminação	Jun/14	Jul/14	Variação %	Jul/13	Jul/14	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	91.718,4	91.205,6	-0,6%	92.698,2	91.205,6	-1,6%
Dívida Mobiliária	82.737,4	82.037,1	-0,8%	83.558,3	82.037,1	-1,8%
Euro	5.504,0	5.567,0	1,1%	2.535,3	5.567,0	119,6%
Global US\$	63.367,2	63.184,5	-0,3%	67.698,3	63.184,5	-6,7%
Global BRL	13.866,3	13.285,6	-4,2%	13.288,5	13.285,6	0,0%
Demais	-	-	-	36,3	-	-
Divida Contratual	8.981,0	9.168,6	2,1%	9.139,8	9.168,6	0,3%
Organismos Internacionais	2.907,7	2.978,9	2,4%	2.758,4	2.978,9	8,0%
Bancos Privados e Agências Governamentais	6.073,3	6.189,7	1,9%	6.381,5	6.189,7	-3,0%
II. HAVERES EXTERNOS	383,9	365,3	-4,8%	840,3	365,3	-56,5%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	383,9	365,3	-4,8%	840,3	365,3	-56,5%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	91.334,5	90.840,4	-0,5%	91.857,9	90.840,4	-1,1%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	1,8%	1,8%	-	2,0%	1,8%	-

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em julho, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 90,8 bilhões, contra R\$ 91,3 bilhões em junho. Houve redução de R\$ 494,2 milhões em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da variação cambial positiva de R\$ 2,1 bilhões, do resgate líquido de R\$ 3,1 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 517,4 milhões.

Discriminação	Saldo Jun/14	Fatores de Variação ²				Saldo Jul/14
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA ³	82.737,4	0,0	-3.079,4	473,5	1.905,5	82.037,1
Global US\$	63.367,2	0,0	-2.384,7	334,8	1.867,2	63.184,5
Euro	5.504,0	0,0	0,0	24,6	38,3	5.567,0
Global BRL	13.866,3	0,0	-694,8	114,2	0,0	13.285,6
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA CONTRATUAL	8.981,0	47,3	-65,9	43,9	162,3	9.168,6
Org. Internacionais	2.907,7	22,6	-44,5	7,7	85,4	2.978,9
Bancos Privados/Agencias Governamentais	6.073,3	24,7	-21,3	36,2	76,8	6.189,7
TOTAL	91.718,4	47,3	-3.145,3	517,4	2.067,8	91.205,6

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Indui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, a redução da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 1,0 bilhão, passando de R\$ 91,9 bilhões, em julho de 2013, para R\$ 90,9 bilhões, em julho de 2014. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 89,9% (R\$ 82,0 bilhões) e a dívida contratual representa 10,1% (R\$ 9,2 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional diminuiu 0,2 p.p. no mesmo período, passando de 2,0% em julho de 2013 para 1,8% em julho de 2013.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

- Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
FSB - Fundo Soberano do Brasil
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II - Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central^{1/} - Brasil - Mensal

R\$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Julho	Junho	Julho	Jul/14 Jun/14	Jul/14 Jul/13
1. RECEITA TOTAL	97.351,9	93.280,3	101.203,2	8,5%	4,0%
<i>Receitas do Tesouro Nacional</i>	72.584,1	65.976,6	74.147,2	12,4%	2,2%
Receita Bruta	75.066,9	68.627,8	76.385,1	11,3%	1,8%
Impostos	33.632,8	33.282,3	34.643,8	4,1%	3,0%
Contribuições	28.315,8	26.920,0	28.481,2	5,8%	0,6%
Demais ^{2/}	13.118,2	8.425,6	13.260,1	57,4%	1,1%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-2.482,8	-2.651,2	-2.237,8	-15,6%	-9,9%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
<i>Receitas da Previdência Social</i>	24.668,7	26.878,2	26.817,0	-0,2%	8,7%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	24.161,2	26.280,0	26.268,4	0,0%	8,7%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	507,5	598,3	548,6	-8,3%	8,1%
<i>Receitas do Banco Central</i>	99,1	425,4	238,9	-43,8%	141,0%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.666,8	14.819,4	13.116,7	-11,5%	12,4%
<i>Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)</i>	8.796,3	11.685,6	10.102,1	-13,6%	14,8%
<i>Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002^{4/}</i>	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
<i>Transferências da Cide - Combustíveis</i>	0,0	0,0	0,0	-	-
<i>Demais Transferências</i>	2.708,0	2.971,3	2.852,1	-4,0%	5,3%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	85.685,1	78.460,9	88.086,5	12,3%	2,8%
4. DESPESA TOTAL	81.924,3	80.380,7	90.283,4	12,3%	10,2%
<i>Despesas do Tesouro Nacional</i>	53.834,2	48.752,3	58.085,7	19,1%	7,9%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	20.225,9	17.083,8	21.895,0	28,2%	8,3%
Custeio e Capital	33.533,7	31.291,7	35.994,7	15,0%	7,3%
Despesa do FAT	7.739,7	3.664,9	4.664,7	27,3%	-39,7%
Abono e Seguro Desemprego	7.717,0	3.639,5	4.606,7	26,6%	-40,3%
Demais Despesas do FAT	22,7	25,4	58,0	128,5%	155,2%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	500,6	685,8	576,7	-15,9%	15,2%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	125,0	252,9	300,7	18,9%	140,7%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	375,7	432,9	276,0	-36,3%	-26,5%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	2.814,2	3.478,3	3.485,6	0,2%	23,9%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	518,0	800,0	1.200,0	50,0%	131,7%
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.961,1	22.662,8	26.067,8	15,0%	18,7%
Outras Despesas de Custeio	16.343,7	17.215,1	19.378,4	12,6%	18,6%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	5.617,5	5.447,7	6.689,4	22,8%	19,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	74,7	376,8	196,0	-48,0%	162,4%
<i>Benefícios Previdenciários</i>	27.755,5	31.386,7	31.812,5	1,4%	14,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	21.510,9	23.877,2	24.321,8	1,9%	13,1%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	6.244,5	7.509,5	7.490,7	-0,3%	20,0%
<i>Despesas do Banco Central</i>	334,6	241,7	385,2	59,4%	15,1%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB^{8/}	0,0	0,0	0,0	-	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 + 4 + 5)	3.760,8	-1.919,9	-2.196,9	14,4%	-
<i>Tesouro Nacional</i>	7.083,0	2.404,9	2.944,9	22,5%	-58,4%
<i>Previdência Social (RGPS)^{9/}</i>	-3.086,8	-4.508,4	-4.995,5	10,8%	61,8%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	2.650,2	2.402,8	1.946,6	-19,0%	-26,5%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-5.737,0	-6.911,2	-6.942,1	0,4%	21,0%
<i>Banco Central^{10/}</i>	-235,4	183,7	-146,3	-	-37,9%
7. AJUSTE METODOLÓGICO^{11/}	0,0	0,0	0,0	-	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	6,8	-812,3	n.d.	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)^{12/}	3.767,6	-2.732,2	n.d.	-	-
10. JUROS NOMINAIS^{12/}	-16.585,3	-17.857,5	n.d.	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)^{12/}	-12.817,7	-20.589,8	n.d.	-	-
<i>Memo:</i>				-	-
<i>Parcela patronal da CPSS^{2/}</i>	1.124,3	1.192,1	1.254,2	5,2%	11,6%
<i>RMV^{6/}</i>	144,8	157,5	155,6	-1,2%	7,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Nرافia após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013 Jan-Jul	2014 Jan-Jul	Variação (%) Jan-Jul/14 Jan-Jul/13
1. RECEITA TOTAL	658.463,2	702.920,1	6,8%
Receitas do Tesouro Nacional	492.414,6	519.017,5	5,4%
Receita Bruta	503.069,9	527.380,7	4,8%
Impostos	235.657,0	249.770,7	6,0%
Contribuições	192.992,5	199.552,9	3,4%
Demais ^{2/}	74.420,5	78.057,1	4,9%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-10.603,8	-8.357,0	-21,2%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
Receitas da Previdência Social	164.379,6	181.975,9	10,7%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	160.945,8	178.143,3	10,7%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	3.433,8	3.832,6	11,6%
Receitas do Banco Central	1.669,0	1.926,7	15,4%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	109.752,7	123.633,0	12,6%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	83.783,9	92.284,9	10,1%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002^{4/}	1.137,5	2.925,0	157,1%
Transferências da Cide - Combustíveis	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	24.774,0	28.307,0	14,3%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	548.710,5	579.287,1	5,6%
4. DESPESA TOTAL	510.393,9	564.057,0	10,5%
Despesas do Tesouro Nacional	313.680,1	352.033,6	12,2%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	116.543,6	124.350,1	6,7%
Custeio e Capital	195.844,0	226.107,1	15,5%
Despesa do FAT	25.073,5	23.663,2	-5,6%
Abono e Seguro Desemprego	24.812,4	23.412,9	-5,6%
Demais Despesas do FAT	261,1	250,3	-4,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	6.720,4	5.542,6	-17,5%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	4.063,7	2.919,5	-28,2%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	2.656,7	2.623,1	-1,3%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	19.646,8	21.936,8	11,7%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	518,0	5.301,8	923,5%
Outras Despesas de Custeio e Capital	143.885,4	169.662,7	17,9%
Outras Despesas de Custeio	105.101,1	122.610,8	16,7%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	38.784,3	47.051,8	21,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.292,5	1.576,4	22,0%
Benefícios Previdenciários	194.496,3	210.136,0	8,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	150.450,9	162.435,9	8,0%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	44.045,3	47.700,1	8,3%
Despesas do Banco Central	2.217,5	1.887,5	-14,9%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB^{8/}	0,0	0,0	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	38.316,6	15.230,0	-60,3%
Tesouro Nacional	68.981,8	43.350,9	-37,2%
Previdência Social (RGPS)^{9/}	-30.116,6	-28.160,1	-6,5%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	10.494,9	15.707,3	49,7%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-40.611,6	-43.867,5	8,0%
Banco Central^{10/}	-548,6	39,3	-
7. AJUSTE METODOLÓGICO^{11/}	858,4	0,0	-100,0%
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.679,0	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)^{12/}	37.496,0	nd	-
10. JUROS NOMINAIS^{12/}	-108.194,2	nd	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)^{12/}	-70.698,2	nd	-
Memo:			
Parcela patronal da CPSS^{2/}	7.833,5	8.677,1	10,8%
RMV^{6/}	1.056,8	1.004,5	-5,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na MP nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menores benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Mensal

R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Julho	Junho	Julho	Jul/14 Jun/14	Jul/14 Jul/13
1. RECEITA TOTAL	97.351,9	93.280,3	101.203,2	8,5%	4,0%
Receitas do Tesouro Nacional	72.584,1	65.976,6	74.147,2	12,4%	2,2%
Receita Bruta	75.066,9	68.627,8	76.385,1	11,3%	1,8%
Impostos	33.632,8	33.282,3	34.643,8	4,1%	3,0%
IR	23.911,8	23.977,6	25.314,0	5,6%	5,9%
IR - Pessoa Física	2.096,0	2.416,5	2.241,2	-7,3%	6,9%
IR - Pessoa Jurídica	11.559,1	7.268,2	12.026,2	65,5%	4,0%
IR - Retido na Fonte	10.256,8	14.293,0	11.046,6	-22,7%	7,7%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.939,1	6.746,4	6.651,4	-1,4%	12,0%
IRRF - Rendimentos do Capital	2.084,7	5.599,4	2.119,2	-62,2%	1,7%
IRRF - Remessas ao Exterior	1.483,6	1.130,1	1.473,5	30,4%	-0,7%
IRRF - Outros Rendimentos	749,4	817,2	802,5	-1,8%	7,1%
IPI	3.903,8	4.031,0	3.911,1	-3,0%	0,2%
IPI - Fumo	416,4	398,7	477,1	19,7%	14,6%
IPI - Bebidas	293,7	303,4	291,2	-4,0%	-0,8%
IPI - Automóveis	277,1	353,9	372,7	5,3%	34,5%
IPI - Vinculado a importação	1.367,8	1.105,4	1.206,3	9,1%	-11,8%
IPI - Outros	1.548,8	1.869,6	1.563,9	-16,3%	1,0%
IOF	2.386,6	2.585,3	2.400,9	-7,1%	0,6%
Imposto de Importação	3.408,9	2.671,3	2.993,7	12,1%	-12,2%
Outros	21,8	17,1	24,1	40,8%	10,6%
Contribuições	28.315,8	26.920,0	28.481,2	5,8%	0,6%
COFINS	15.771,2	16.307,9	15.444,5	-5,3%	-2,1%
CPMF	1,2	0,1	0,1	84,5%	-90,4%
CSLL	6.107,7	4.018,6	6.534,4	62,6%	7,0%
CIDE-Combustíveis	1,2	0,7	0,9	34,3%	-27,6%
Pis/Pasep	4.182,8	4.323,2	4.073,3	-5,8%	-2,6%
Salário Educação	1.296,1	1.427,6	1.438,9	0,8%	11,0%
Outras ^{2/}	955,5	842,0	989,1	17,5%	3,5%
Demais	13.118,2	8.425,6	13.260,1	57,4%	1,1%
CPSS ^{3/}	964,6	1.031,7	1.097,1	6,3%	13,7%
Cota parte de compensações financeiras	5.149,9	1.881,8	5.948,6	216,1%	15,5%
Diretamente arrecadadas	3.222,3	3.104,7	3.667,9	18,1%	13,8%
Concessões	3.315,3	14,4	1.414,3	-	-57,3%
Dividendos	68,7	1.479,4	5,2	-99,7%	-92,5%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	397,3	913,6	1.126,9	23,4%	183,6%
(-) Restituições	-2.482,8	-2.651,2	-2.237,8	-15,6%	-9,9%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	24.668,7	26.878,2	26.817,0	-0,2%	8,7%
Urbana	24.161,2	26.280,0	26.268,4	0,0%	8,7%
Rural	507,5	598,3	548,6	-8,3%	8,1%
Receitas do Banco Central	99,1	425,4	238,9	-43,8%	141,0%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL^{4/}	11.666,8	14.819,4	13.116,7	-11,5%	12,4%
Transferências Constitucionais	8.796,3	11.685,6	10.102,1	-13,6%	14,8%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002^{5/}	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais Transferências	2.708,0	2.971,3	2.852,1	-4,0%	5,3%
Salário Educação	801,3	829,2	841,6	1,5%	5,0%
Royalties	1.204,8	1.439,3	1.307,4	-9,2%	8,5%
Fundef/Fundeb	682,9	685,8	685,8	0,0%	0,4%
Outras	18,9	17,0	17,2	0,8%	-9,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	85.685,1	78.460,9	88.086,5	12,3%	2,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013 Jan-Jul	2014 Jan-Jul	Variação (%) Jan-Jul/14 Jan-Jul/13
1. RECEITA TOTAL	658.463,2	702.920,1	6,8%
Receitas do Tesouro Nacional	492.414,6	519.017,5	5,4%
Receita Bruta	503.069,9	527.380,7	4,8%
Impostos	235.657,0	249.770,7	6,0%
IR	171.870,3	183.451,7	6,7%
IR - Pessoa Física	16.839,3	17.834,4	5,9%
IR - Pessoa Jurídica	76.809,0	77.889,1	1,4%
IR - Retido na Fonte	78.222,0	87.728,2	12,2%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	45.793,3	50.702,6	10,7%
IRRF - Rendimentos do Capital	18.183,7	21.017,3	15,6%
IRRF - Remessas ao Exterior	9.043,9	10.428,1	15,3%
IRRF - Outros Rendimentos	5.201,1	5.580,2	7,3%
IPI	26.286,6	28.405,6	8,1%
IPI - Fumo	2.903,3	3.265,5	12,5%
IPI - Bebidas	2.173,9	2.102,8	-3,3%
IPI - Automóveis	2.094,3	2.494,8	19,1%
IPI - Vinculado a importação	8.280,4	8.610,2	4,0%
IPI - Outros	10.834,7	11.932,3	10,1%
IOF	17.032,9	16.633,9	-2,3%
Imposto de Importação	20.325,8	21.143,9	4,0%
Outros	141,3	135,6	-4,1%
Contribuições	192.992,5	199.552,9	3,4%
COFINS	108.455,8	111.086,9	2,4%
CPMF	42,6	0,9	-97,8%
CSLL	39.789,4	41.139,4	3,4%
CIDE-Combustíveis	6,7	5,4	-19,6%
Pis/Pasep	28.887,9	29.788,8	3,1%
Salário Educação	9.830,9	10.895,8	10,8%
Outras ^{2/}	5.979,3	6.635,8	11,0%
<i>Demais</i>	<i>74.420,5</i>	<i>78.057,1</i>	<i>4,9%</i>
CPSS ^{3/}	6.696,5	7.236,1	8,1%
Cota parte de compensações financeiras	23.029,2	25.903,2	12,5%
Diretamente arrecadadas	27.301,1	26.834,8	-1,7%
Concessões	6.108,8	2.658,6	-56,5%
Dividendos	7.763,8	10.495,8	35,2%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	3.521,0	4.928,7	40,0%
(-) Restituições	-10.603,8	-8.357,0	-21,2%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
Receitas da Previdência Social	164.379,6	181.975,9	10,7%
<i>Urbana</i>	<i>160.945,8</i>	<i>178.143,3</i>	<i>10,7%</i>
<i>Rural</i>	<i>3.433,8</i>	<i>3.832,6</i>	<i>11,6%</i>
Receitas do Banco Central	1.669,0	1.926,7	15,4%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL^{4/}	109.752,7	123.633,0	12,6%
Transferências Constitucionais	83.783,9	92.284,9	10,1%
<i>Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002^{5/}</i>	<i>1.137,5</i>	<i>2.925,0</i>	<i>157,1%</i>
Transferências da Cide - Combustíveis	57,3	116,1	102,5%
<i>Demais Transferências</i>	<i>24.774,0</i>	<i>28.307,0</i>	<i>14,3%</i>
Salário Educação	5.860,6	6.450,2	10,1%
Royalties	12.885,3	12.734,7	-1,2%
Fundef/Fundeb	5.857,0	7.430,3	26,9%
Outras	171,0	1.691,8	889,4%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	548.710,5	579.287,1	5,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013		2014		Variação (%)	
	Julho	Junho	Julho	Jun/14	Jul/14	Jul/13
DIVIDENDOS	68,7	1.479,4	5,2		-99,7%	-92,5%
Banco do Brasil	0,0	466,7	0,0		-100,0%	-
BNB	0,0	0,0	0,0		-	-
BNDES	0,0	931,5	0,0		-100,0%	-
Caixa	0,0	0,0	0,0		-	-
Correios	0,0	0,0	0,0		-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0		-	-
IRB	0,0	0,0	0,0		-	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0		-	-
Demais	68,7	81,2	5,2		-93,6%	-92,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

**Tabela 3.2. Dividendos pagos à União^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões**



Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Jul	Jan-Jul	Jan-Jul/14 Jan-Jul/13
DIVIDENDOS	7.763,8	10.495,8	35,2%
Banco do Brasil	1.317,5	1.234,2	-6,3%
BNB	62,1	42,1	-32,2%
BNDES	4.076,4	4.829,7	18,5%
Caixa	1.200,0	1.762,0	46,8%
Correios	101,1	0,0	-100,0%
Eletrobras	18,4	230,5	-
IRB	1,1	50,0	-
Petrobras	502,4	2.012,7	300,6%
Demais	484,9	334,6	-31,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Mensal

R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Julho	Junho	Julho	Jul/14 Jun/14	Jul/14 Jul/13
DESPESA TOTAL	81.924,3	80.380,7	90.283,4	12,3%	10,2%
Despesas do Tesouro	53.834,2	48.752,3	58.085,7	19,1%	7,9%
Pessoal e Encargos Sociais^{2/}	20.225,9	17.083,8	21.895,0	28,2%	8,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	304,9	182,1	210,4	15,5%	-31,0%
Custeio e Capital	33.533,7	31.291,7	35.994,7	15,0%	7,3%
Despesa do FAT	7.739,7	3.664,9	4.664,7	27,3%	-39,7%
Abono e Seguro Desemprego	7.717,0	3.639,5	4.606,7	26,6%	-40,3%
Demais Despesas do FAT	22,7	25,4	58,0	128,5%	155,2%
Subsídios e Subvenções Econômicas^{4/}	500,6	685,8	576,7	-15,9%	15,2%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	125,0	252,9	300,7	18,9%	140,7%
Equalização de custeio agropecuário	10,6	0,0	-1,2	-	-
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	0,1	0,0	-4,4	-	-
Política de preços agrícolas	-168,5	90,4	132,3	46,4%	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-168,7	90,4	74,3	-17,8%	-
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	58,0	-	-
Pronaf	-20,7	-2,1	-3,7	76,5%	-82,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,4	0,0	-1,6	-	-
Concessão de Financiamento ^{6/}	-22,1	-2,1	-2,1	2,0%	-90,4%
Proex	10,8	61,4	61,5	0,2%	471,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	63,8	46,2	129,9	180,8%	103,6%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-53,0	15,1	-68,4	-	28,9%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	34,1	0,0	0,0	-	-100,0%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	1,3	-10,0	-16,3	61,9%	-
Funcafé	2,2	6,4	2,8	-56,0%	30,2%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	32,8	0,0	44,9	-	36,9%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	175,0	103,6	0,0	-100,0%	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EPCD) ^{8/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	40,0	-	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	47,3	0,0	43,9	-	-7,0%
Subvenções Econômicas			0,8	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	375,7	432,9	276,0	-36,3%	-26,5%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)^{9/}	2.814,2	3.478,3	3.485,6	0,2%	23,9%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	518,0	800,0	1.200,0	50,0%	131,7%
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.961,1	22.662,8	26.067,8	15,0%	18,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios	74,3	98,3	174,2	77,2%	134,4%
Legislativo	152,3	117,0	154,2	31,8%	1,3%
Judiciário	641,2	695,4	794,8	14,3%	24,0%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	507,2	176,4	228,3	29,4%	-55,0%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	3.734,5	2.763,9	5.006,8	81,1%	34,1%
Outras Obrigatorias ^{10/}	220,1	282,3	323,6	14,6%	47,0%
Discretorionárias	15.823,4	16.811,9	17.827,4	6,0%	12,7%
Compensação RGPS ^{11/}	808,1	1.717,6	1.558,5	-9,3%	92,9%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	74,7	376,8	196,0	-48,0%	162,4%
Benefícios Previdenciários	27.755,5	31.386,7	31.812,5	1,4%	14,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano^{3/}	21.510,9	23.877,2	24.321,8	1,9%	13,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios	423,6	376,5	412,1	9,5%	-2,7%
Benefícios Previdenciários - Rural^{3/}	6.244,5	7.509,5	7.490,7	-0,3%	20,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios	124,0	119,2	127,7	7,1%	3,0%
Despesas do Banco Central	334,58	241,72	385,23	59,4%	15,1%

Memo:

Parcela patronal da CPSS^{2/}

1.124,3 1.192,1 1.254,2 5,2% 11,6%

RMV^{8/}

144,78 157,46 155,60 -1,2% 7,5%

- Obs.: Dados sujeitos a alteração.
- 1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.
- 2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
- 3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.
- 4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
- 5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".
- 6/ Concessão de empréstimos menos retornos.
- 7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.
- 8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.
- 9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
- 10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
- 11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Jul	2014 Jan-Jul	Variação (%) Jan-Jul/14 Jan-Jul/13
DESPESA TOTAL	510.393,9	564.057,0	10,5%
Despesas do Tesouro	313.680,1	352.033,6	12,2%
<i>Pessoal e Encargos Sociais^{2/}</i>	116.543,6	124.350,1	6,7%
<i>d/a Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	4.435,4	1.281,5	-71,1%
<i>Custeio e Capital</i>	195.844,0	226.107,1	15,5%
<i>Despesa do FAT</i>	25.073,5	23.663,2	-5,6%
Abono e Seguro Desemprego	24.812,4	23.412,9	-5,6%
Demais Despesas do FAT	261,1	250,3	-4,1%
<i>Subsídios e Subvenções Econômicas^{4/}</i>	6.720,4	5.542,6	-17,5%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	4.063,7	2.919,5	-28,2%
Equalização de custeio agropecuário	102,0	530,2	420,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	360,4	82,9	-77,0%
Política de preços agrícolas	164,0	554,8	238,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	85,1	7,6	-91,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-90,4	329,2	-
Garantia à Sustentação de Preços	169,3	218,0	28,8%
Pronaf	1.714,2	472,8	-72,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1.702,6	414,8	-75,6%
Concessão de Financiamento ^{6/}	11,6	58,1	399,7%
Proex	178,3	292,1	63,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	387,9	504,6	30,1%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-209,6	-212,4	1,4%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	567,7	272,9	-51,9%
Álcool	0,0	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	56,1	-19,6	-
Funcafé	48,6	51,4	5,8%
Revitaliza	4,6	0,0	-100,0%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	87,9	98,8	12,4%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	247,0	118,1	-52,2%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,1	0,8	734,6%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	250,0	40,0	-84,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	282,7	286,1	1,2%
Subvenções Econômicas	0,0	138,2	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	2.656,7	2.623,1	-1,3%
<i>Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)^{9/}</i>	19.646,8	21.936,8	11,7%
<i>Capitalização da Petrobras</i>	0,0	0,0	-
<i>Auxílio à CDE</i>	518,0	5.301,8	923,5%
<i>Outras Despesas de Custeio e Capital</i>	143.885,4	169.662,7	17,9%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	461,2	813,1	76,3%
<i>Legislativo</i>	854,9	959,1	12,2%
<i>Judiciário</i>	4.103,8	4.700,6	14,5%
<i>Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)</i>	4.081,2	2.837,7	-30,5%
<i>Programa de Aceleração do Crescimento - PAC</i>	26.458,5	33.843,2	27,9%
<i>Outras Obrigatorias^{10/}</i>	2.364,3	1.640,5	-30,6%
<i>Discretorárias</i>	101.245,0	115.093,4	13,7%
<i>Compensação RGPS^{11/}</i>	4.316,6	9.775,0	126,5%
<i>Transferência do Tesouro ao Banco Central</i>	1.292,5	1.576,4	22,0%
<i>Benefícios Previdenciários</i>	194.496,3	210.136,0	8,0%
<i>Benefícios Previdenciários - Urbano^{3/}</i>	150.450,9	162.435,9	8,0%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	4.468,7	2.796,1	-37,4%
<i>Benefícios Previdenciários - Rural^{3/}</i>	44.045,3	47.700,1	8,3%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.358,3	835,6	-38,5%
<i>Despesas do Banco Central</i>	2.217,5	1.887,5	-14,9%

Memo:

Parcela patronal da CPSS^{2/}

RMV^{8/}

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano

R\$ Milhões



Discriminação	Jan-Jul/2013							Jan-Jul/2014						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Total	
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total		
INVESTIMENTO TOTAL	105.767,6	35.428,4	9.076,4	8.884,8	29.899,4	38.784,3	102.145,0	43.539,8	11.618,9	10.794,1	36.257,7	47.051,8		
Câmara dos Deputados	267,8	17,6	1,3	1,3	18,0	19,3	233,0	31,5	4,3	4,2	25,3	29,5		
Senado Federal	68,4	10,5	3,0	3,0	13,0	16,0	69,8	13,9	1,9	1,9	9,2	11,1		
Tribunal de Contas da União	95,9	27,0	2,9	2,9	14,7	17,6	61,2	13,8	2,8	2,8	43,7	46,5		
Supremo Tribunal Federal	43,8	5,7	1,5	1,5	4,6	6,0	39,4	6,6	1,9	1,9	7,9	9,8		
Superior Tribunal de Justiça	34,1	3,4	3,2	3,2	12,2	15,4	24,7	10,3	5,9	5,9	28,2	34,1		
Justiça Federal	320,9	365,1	16,3	16,0	120,9	136,9	385,4	192,3	30,1	29,5	136,8	166,3		
Justiça Militar	14,0	1,3	0,5	0,5	4,0	4,5	19,5	5,2	0,7	0,7	4,4	5,0		
Justiça Eleitoral	345,6	34,5	5,0	4,6	86,1	90,7	314,3	110,8	9,6	7,1	86,7	93,8		
Justiça do Trabalho	680,7	119,2	64,4	63,9	226,2	290,0	643,2	86,8	13,1	12,9	159,4	172,3		
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	89,8	29,2	3,3	3,2	46,1	49,3	67,3	18,1	12,1	11,9	16,4	28,3		
Conselho Nacional de Justiça	73,4	1,1	0,2	0,2	38,4	38,6	67,2	3,9	2,5	2,5	53,8	56,4		
Presidência da República ^{5/}	3.876,6	1.407,4	821,0	820,4	1.098,4	1.918,7	4.400,5	1.403,5	868,7	767,9	886,2	1.654,1		
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	891,6	479,4	183,6	183,6	21,5	205,1	743,6	9,9	6,9	6,9	195,6	202,5		
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.367,2	48,8	9,0	7,7	419,7	427,5	1.215,2	391,1	18,9	15,9	596,8	612,6		
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.849,6	305,1	142,7	110,2	360,3	470,5	1.490,9	472,0	271,8	124,4	402,6	527,0		
Ministério da Fazenda	1.798,2	447,3	71,0	69,3	467,6	537,0	1.617,5	329,0	158,0	156,1	319,9	475,9		
Ministério da Educação	13.829,9	2.054,9	745,4	722,2	4.801,3	5.523,5	14.818,1	8.504,3	1.217,1	1.042,6	5.088,0	6.130,6		
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	233,5	56,0	7,3	7,1	32,5	39,6	167,9	37,2	16,5	16,5	35,3	51,9		
Defensoria Pública da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,4	2,5	1,0	1,0	1,6	2,6		
Ministério da Justiça	2.265,4	567,1	37,9	26,3	626,4	652,7	1.875,6	291,2	27,1	8,9	906,8	915,7		
Ministério de Minas e Energia	230,4	17,4	7,4	7,1	39,5	46,6	193,5	172,3	64,3	60,6	55,0	115,6		
Ministério da Previdência Social	174,8	75,7	2,8	1,4	88,4	89,9	146,0	94,6	30,6	17,2	74,1	91,3		
Ministério Público da União	374,6	25,1	1,7	1,7	107,3	109,0	350,1	53,2	18,7	18,6	106,6	125,3		
Ministério das Relações Exteriores	41,7	10,6	7,3	7,3	13,4	20,7	30,2	13,1	7,5	7,5	3,4	10,9		
Ministério da Saúde	10.196,2	1.008,1	152,5	147,8	2.059,2	2.207,0	10.034,0	2.570,5	403,2	394,0	2.596,5	2.990,4		
Ministério do Trabalho e Emprego	89,4	14,4	1,0	1,0	23,2	24,2	106,0	12,4	1,1	1,1	16,6	17,7		
Ministério dos Transportes	15.886,1	6.257,5	604,4	598,1	4.536,2	5.134,3	15.901,7	7.811,1	1.751,5	1.598,3	6.339,4	7.937,7		
Ministério das Comunicações	412,8	234,4	18,3	18,3	142,9	161,2	339,2	233,5	44,5	44,5	147,0	191,5		
Ministério da Cultura	1.347,4	346,0	50,6	50,2	129,7	179,8	522,1	100,0	10,5	4,8	236,5	241,4		
Ministério do Meio Ambiente	215,3	80,7	1,4	1,3	46,5	47,8	415,4	59,3	7,9	7,7	62,3	70,0		
Ministério do Desenvolvimento Agrário	5.773,3	665,4	99,3	60,0	973,7	1.033,7	1.901,8	774,3	48,4	41,8	3.016,7	3.058,4		
Ministério do Esporte	2.356,9	428,8	2,4	2,4	225,5	227,8	2.212,7	721,8	27,8	27,8	405,0	432,7		
Ministério da Defesa	9.824,7	5.836,3	2.129,7	2.084,0	3.469,0	5.553,0	9.500,2	5.899,1	1.722,4	1.678,8	5.226,8	6.905,6		
Ministério da Integração Nacional	7.915,7	3.438,7	1.081,4	1.060,9	1.666,3	2.727,2	7.581,1	2.539,1	514,2	377,9	1.917,9	2.295,8		
Ministério do Turismo	2.926,2	787,6	0,0	0,0	287,8	287,8	1.096,2	467,5	11,2	9,3	299,2	308,5		
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	950,1	249,0	5,3	5,3	359,4	364,8	925,1	163,7	40,1	39,3	492,9	532,2		
Ministério das Cidades	18.561,2	9.967,6	2.790,0	2.789,7	7.310,3	10.099,9	22.391,3	9.886,1	4.239,8	4.239,3	6.236,2	10.475,6		
Ministério da Pesca e Agricultura	335,2	3,8	1,2	1,2	7,7	8,9	191,8	28,0	1,5	1,5	18,0	19,5		
Conselho Nacional do Ministério Público	9,0	0,4	0,0	0,0	1,5	1,5	7,2	0,4	0,2	0,2	1,7	1,9		
Advocacia Geral da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,6	6,0	2,7	2,5	1,3	3,8		

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Julho	Junho	Julho	Jul/14 Jun/14	Jul/14 Jul/13
FLUXO FISCAL					
1. RECEITAS	94.318,6	101.220,6	99.259,9	-1,9%	5,2%
1.1. Recolhimento Bruto	65.735,7	70.722,7	68.772,9	-2,8%	4,6%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.959,8	1.600,0	1.711,8	7,0%	-12,7%
1.4. Receita das Operações de Crédito	369,5	159,6	183,5	15,0%	-50,3%
1.5. Receita do Salário Educação	1.440,2	1.592,0	1.603,9	0,7%	11,4%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	24.813,4	27.146,3	26.987,7	-0,6%	8,8%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS	116.146,1	109.240,4	123.592,3	13,1%	6,4%
2.1. Liberações Vinculadas	18.075,7	18.947,0	14.976,6	-21,0%	-17,1%
Transferências a Fundos Constitucionais	9.370,8	12.455,7	10.763,6	-13,6%	14,9%
Demais transferências a Estados e Municípios	2.007,4	2.095,6	2.364,7	12,8%	17,8%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
Outras Vinculações	6.535,0	4.233,2	1.685,8	-60,2%	-74,2%
2.2. Liberações Ordinárias	98.070,4	90.293,4	108.615,7	20,3%	10,8%
Pessoal e Encargos Sociais	16.796,2	23.485,1	18.454,0	-21,4%	9,9%
Encargos da Dívida Contratual	764,7	179,0	817,5	356,8%	6,9%
Dívida Contratual Interna	64,7	27,1	12,3	-54,9%	-81,1%
Dívida Contratual Externa	700,0	151,8	805,3	430,4%	15,0%
Encargos da DPMF - Mercado	22.781,1	10,3	16.410,6	-	-28,0%
Benefícios Previdenciários	27.279,0	31.124,0	31.681,9	1,8%	16,1%
Custeio e Investimento	30.046,9	35.085,7	40.846,6	16,4%	35,9%
Operações Oficiais de Crédito	402,4	409,2	405,0	-1,0%	0,7%
Restos a Pagar	0,0	0,0	0,0	-	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-21.827,5	-8.019,8	-24.332,5	203,4%	11,5%
FLUXO DE FINANCIAMENTO					
4. RECEITAS	37.338,8	37.196,2	30.902,1	-16,9%	-17,2%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	33.852,6	35.387,8	28.606,1	-19,2%	-15,5%
4.2. Outras Operações de Crédito	3.486,2	1.808,4	2.296,0	27,0%	-34,1%
5. DESPESAS	61.620,4	1.195,6	61.239,0	-	-0,6%
5.1. Amortização da Dívida Interna	60.320,4	645,9	60.916,6	-	1,0%
Resgate de Títulos - Mercado	59.752,3	554,7	60.882,4	-	1,9%
Dívida Contratual	568,2	91,2	34,2	-62,5%	-94,0%
5.2. Amortização da Dívida Externa	1.300,0	549,7	322,5	-41,3%	-75,2%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	-	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-26.467,8	34.741,9	-32.310,4	-	22,1%
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-8.058,6	6.042,0	-33.651,0	-	317,6%
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	-54.167,8	34.022,7	-88.320,4	-	63,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013 Jan-Jul	2014 Jan-Jul	Variação (%) Jan-Jul/14 Jan-Jul/13
FLUXO FISCAL			
1. RECEITAS	673.499,8	732.054,0	8,7%
1.1. Recolhimento Bruto	482.771,9	523.283,2	8,4%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	11.634,1	11.675,9	0,4%
1.4. Receita das Operações de Crédito	2.061,6	1.477,6	-28,3%
1.5. Receita do Salário Educação	10.912,1	12.128,8	11,2%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	166.171,7	183.494,8	10,4%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	-
2. DESPESAS	723.773,0	810.980,4	12,0%
2.1. Liberações Vinculadas	141.668,9	160.819,7	13,5%
Transferências a Fundos Constitucionais	89.330,3	98.393,5	10,1%
Demais transferências a Estados e Municípios	18.993,2	20.800,0	9,5%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	1.137,5	3.087,5	171,4%
Outras Vinculações	32.207,9	38.538,7	19,7%
2.2. Liberações Ordinárias	582.104,2	650.160,7	11,7%
Pessoal e Encargos Sociais	125.361,8	133.782,7	6,7%
Encargos da Dívida Contratual	3.319,2	4.328,9	30,4%
Dívida Contratual Interna	456,0	209,4	-54,1%
Dívida Contratual Externa	2.863,2	4.119,5	43,9%
Encargos da DPMF - Mercado	64.125,3	61.894,9	-3,5%
Benefícios Previdenciários	186.832,3	198.779,1	6,4%
Custeio e Investimento	196.943,4	247.528,8	25,7%
Operações Oficiais de Crédito	5.522,1	3.846,3	-30,3%
Restos a Pagar	0,0	0,0	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-50.273,2	-78.926,4	57,0%
FLUXO DE FINANCIAMENTO			
4. RECEITAS	221.408,4	309.520,8	39,8%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	206.304,7	294.081,6	42,5%
4.2. Outras Operações de Crédito	15.103,7	15.439,2	2,2%
5. DESPESAS	340.664,6	327.896,1	-3,7%
5.1. Amortização da Dívida Interna	335.721,7	325.380,0	-3,1%
Resgate de Títulos - Mercado	333.905,3	324.492,9	-2,8%
Dívida Contratual	1.816,4	887,1	-51,2%
5.2. Amortização da Dívida Externa	4.942,9	2.516,1	-49,1%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-129.417,0	-31.298,4	-75,8%
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-324,3	6.565,5	-
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	-169.853,7	-90.736,3	-46,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013 Julho	2014		Variação (%)	
		Junho	Julho	Jul/14 Jun/14	Jul/14 Jul/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	29.788,1	6.042,0	18.249,0	202,0%	-38,7%
Emissão de Títulos	25.997,0	0,0	13.291,3	-	-48,9%
Remuneração das Disponibilidades	3.471,3	5.610,6	4.594,8	-18,1%	32,4%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	319,8	431,3	362,9	-15,9%	13,5%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS NO BACEN	37.846,7	0,0	51.900,0	-	37,1%
Resgate de Títulos	27.000,0	0,0	43.200,0	-	60,0%
Encargos da DPMF	10.846,7	0,0	8.700,0	-	-19,8%
3. RESULTADO (1 - 2)	-8.058,6	6.042,0	-33.651,0	-	317,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Jul	Jan-Jul	Jan-Jul/14 Jan-Jul/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	161.522,3	201.672,4	24,86%
Emissão de Títulos	116.189,8	132.962,2	14,44%
Remuneração das Disponibilidades	29.821,1	34.768,5	16,59%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	2.965,6	3.162,8	6,65%
Resultado do Banco Central	12.545,8	30.778,9	145,33%
2. DESPESAS NO BACEN	161.846,7	195.106,9	20,55%
Resgate de Títulos	129.956,2	162.912,0	25,36%
Encargos da DPMF	31.890,5	32.195,0	0,95%
3. RESULTADO (1 - 2)	-324,3	6.565,5	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014	2014	Variação (%)	
	Julho	Junho	Julho	Jul/14 Jun/14	Jul/14 Jul/13
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	862.437,6	876.775,3	900.271,6	2,7%	4,4%
Dívida Interna	2.749.421,8	3.068.537,5	3.006.429,0	-2,0%	9,3%
<i>DPMFi em Poder do Públíco</i> ^{1/}	1.864.306,6	2.111.247,1	2.081.973,6	-1,4%	11,7%
LFT	427.682,5	411.169,4	421.419,9	2,5%	-1,5%
LTN	530.496,9	655.614,8	613.226,7	-6,5%	15,6%
NTN-B	609.142,1	709.154,1	720.462,2	1,6%	18,3%
NTN-C	65.224,9	71.143,7	68.668,7	-3,5%	5,3%
NTN-F	195.588,1	227.884,8	221.733,8	-2,7%	13,4%
Dívida Securitizada	7.859,7	7.342,8	7.277,6	-0,9%	-7,4%
Demais Títulos em Poder do Públíco	28.312,4	28.937,4	29.184,8	0,9%	3,1%
<i>DPMFi em Poder do Banco Central</i>	914.713,8	1.000.465,0	970.900,6	-3,0%	6,1%
LFT	153.027,3	182.824,0	184.557,4	0,9%	20,6%
LTN	312.790,8	327.201,5	284.811,2	-13,0%	-8,9%
Demais Títulos na Carteira do BCB	448.895,6	490.439,4	501.532,0	2,3%	11,7%
<i>(-) Aplicações em Títulos Públicos</i>	-32.992,5	-29.804,9	-33.034,9	10,8%	0,1%
<i>Demais Obrigações Internas</i>	3.393,9	-13.369,7	-13.410,3	0,3%	-
Haveres Internos	1.886.984,2	2.191.762,3	2.106.157,4	-3,9%	11,6%
<i>Disponibilidades Internas</i>	489.228,7	656.122,4	572.057,3	-12,8%	16,9%
<i>Haveres junto aos Governos Regionais</i>	512.503,0	535.630,6	532.054,2	-0,7%	3,8%
Bônus Renegociados	5.518,2	4.712,5	4.856,9	3,1%	-12,0%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.437,5	1.228,3	1.221,3	-0,6%	-15,0%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.426,5	12.773,6	12.725,4	-0,4%	2,4%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	17.111,7	13.280,9	13.178,6	-0,8%	-23,0%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	400.004,7	422.505,4	419.336,3	-0,8%	4,8%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	67.620,2	73.815,0	73.470,5	-0,5%	8,7%
Antecipação de Royalties	6.380,3	5.291,9	5.248,4	-0,8%	-17,7%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.004,0	2.023,1	2.016,9	-0,3%	0,6%
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	315.429,6	366.147,8	365.267,9	-0,2%	15,8%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	177.416,2	198.978,4	195.066,6	-2,0%	9,9%
Fundos Constitucionais Regionais	79.541,0	88.149,1	88.893,7	0,8%	11,8%
Fundos Diversos	58.472,4	79.020,3	81.307,5	2,9%	39,1%
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	569.822,8	633.861,5	636.778,1	0,5%	11,8%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.776,6	5.818,6	5.820,8	0,0%	0,8%
Haveres de Operações Estruturadas	69.000,2	66.901,2	67.606,4	1,1%	-2,0%
Haveres Originários de Privatizações	9.089,7	0,0	0,0	-	-100,0%
Haveres de Legislação Específica	460.486,4	537.120,7	539.195,2	0,4%	17,1%
Demais Haveres Administrados pela STN	25.470,0	24.020,8	24.155,7	0,6%	-5,2%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.857,9	91.334,5	90.840,4	-0,5%	-1,1%
Dívida Externa	92.698,2	91.718,4	91.205,6	-0,6%	-1,6%
<i>Dívida Mobiliária</i>	83.558,3	82.737,4	82.037,1	-0,8%	-1,8%
Euro	2.535,3	5.504,0	5.567,0	1,1%	119,6%
Global US\$	67.698,3	63.367,2	63.184,5	-0,3%	-6,7%
Global BRL	13.288,5	13.866,3	13.285,6	-4,2%	0,0%
Demais Títulos Externos	36,3	0,0	0,0	-	-100,0%
<i>Dívida Contratual</i>	9.139,8	8.981,0	9.168,6	2,1%	0,3%
Organismos Multilaterais	2.758,4	2.907,7	2.978,9	2,4%	8,0%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.381,5	6.073,3	6.189,7	1,9%	-3,0%
Haveres Externos	840,3	383,9	365,3	-4,8%	-56,5%
<i>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</i>	840,3	383,9	365,3	-4,8%	-56,5%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	954.295,5	968.109,8	991.111,9	2,4%	3,9%
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ^{2/}	20,6%	19,3%	19,6%	1,7%	-4,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



TESOURO NACIONAL

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVIII - nº 7 – Julho de 2014 - Internet: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

Comentários

Em Julho de 2014 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -14,11%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.761.159,22 (mil), ante R\$ 9.036.440,67 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na internet no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN:

- <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: → Governo (Estadual ou Municipal) → Gestão → Gestão de Recursos → Repasses de recursos → [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2013			2014			Variação Nominal		
	Junho	Julho	Até Julho	Junho	Julho	Até Julho	Jul/14 Jun/14	Jul/14 Jul/13	Até Jul/14 Jul/13
FPM	4.839.998	3.446.696	33.278.297	4.620.907	3.968.775	36.651.366	-14,11%	15,15%	10,14%
FPE	4.624.887	3.293.510	31.799.260	4.415.533	3.792.385	35.022.416	-14,11%	15,15%	10,14%
IPI-Exp	301.379	296.866	1.949.540	312.019	320.540	2.154.149	2,73%	7,97%	10,50%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Julho	-11,50%	-14,11%	-11,50%	-14,11%	8,30%	2,73%

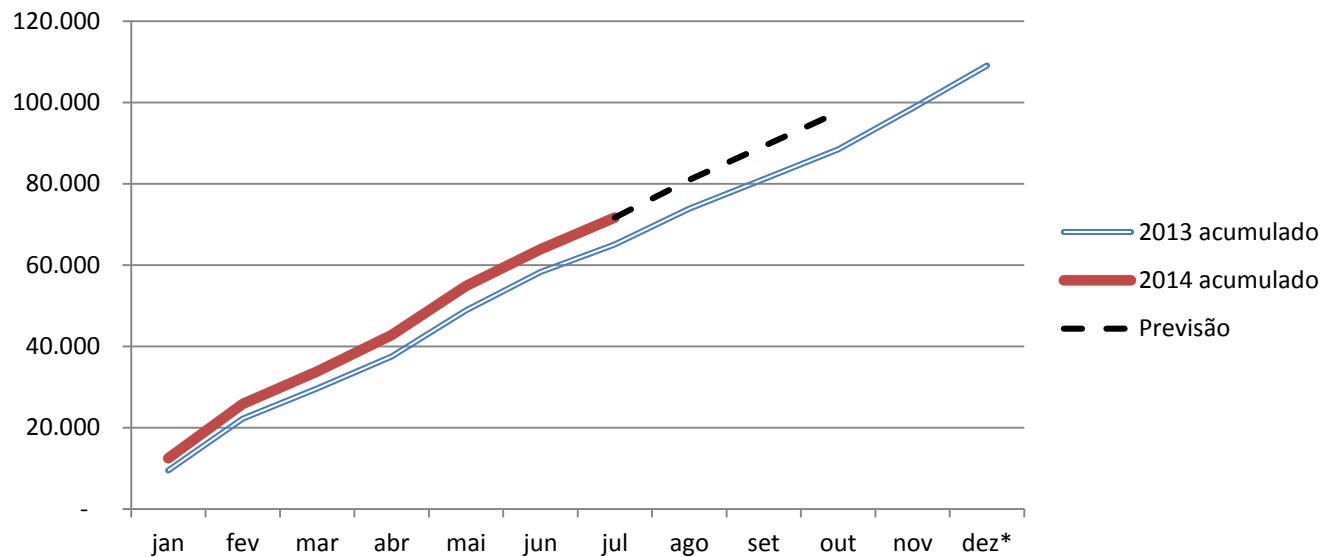
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

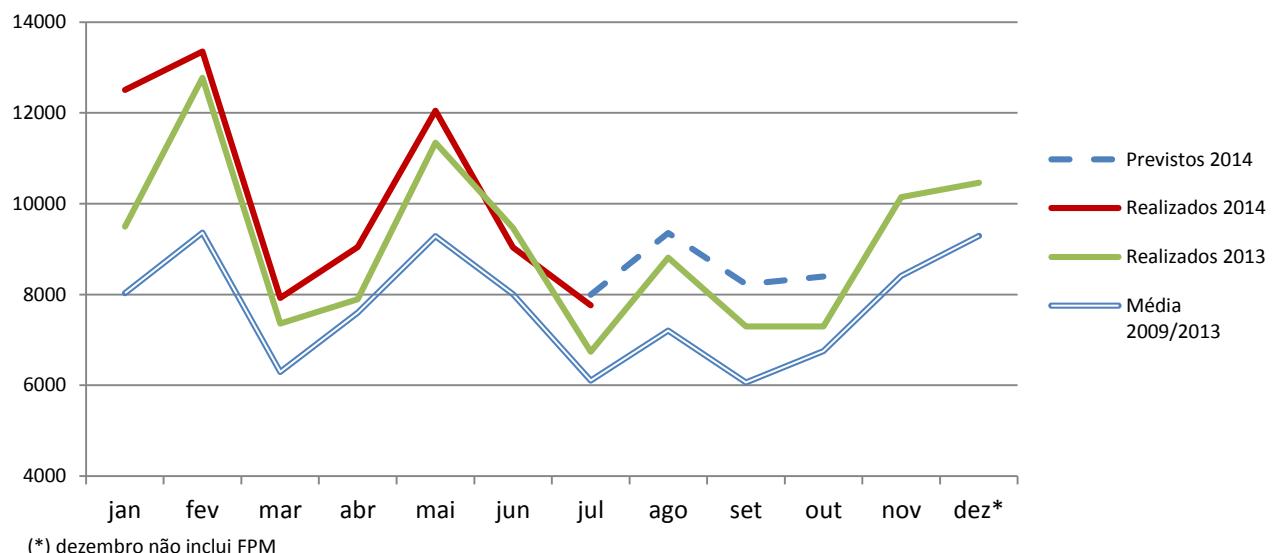
FUNDOS	Agosto	Setembro	Outubro
FPM	20,50%	-12,00%	2,00%
FPE	20,50%	-12,00%	2,00%
IPI - EXP	9,70%	3,00%	-1,00%

Gráficos

VALORES ACUMULADOS (FPM e FPE)



SAZONALIDADE ANUAL (FPM e FPE)



(*) dezembro não inclui FPM

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/06/2014 a 20/07/2014, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
	JUN/3º DEC	2.765.216	10.579.033	13.344.249	JUL/1º DEC	2.295.211	2.401.965	221.217
JUL/1º DEC	882.346	1.891.294	2.773.640	JUL/2º DEC	477.066	499.255	70.588	1.046.909
JUL/2º DEC	359.193	5.571.665	5.930.858	JUL/3º DEC	1.020.108	1.067.554	28.735	2.116.397
TOTAL	4.006.756	18.041.992	22.048.747	TOTAL	3.792.385	3.968.775	320.540	8.081.700

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais.
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa).
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição dos Fundos

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	21.157,31	129.737,48	15,66
ALAGOAS	AL	94.616,51	157.766,99	278,01
AMAZONAS	AM	60.906,65	105.822,70	2.485,02
AMAPÁ	AP	15.563,41	129.396,16	564,30
BAHIA	BA	363.514,94	356.340,04	18.066,70
CEARÁ	CE	197.175,66	278.243,46	2.026,96
DISTRITO FEDERAL	DF	6.743,88	26.175,04	528,09
ESPÍRITO SANTO	ES	68.822,54	56.885,77	15.940,81
GOIÁS	GO	145.672,06	107.821,29	7.270,10
MARANHÃO	MA	164.992,73	273.741,90	2.843,56
MINAS GERAIS	MG	520.546,74	168.931,77	46.136,19
MATO GROSSO DO SUL	MS	58.966,37	50.514,56	5.752,41
MATO GROSSO	MT	72.438,23	87.524,44	4.968,53
PARÁ	PA	139.541,15	231.790,54	18.886,83
PARAÍBA	PB	128.323,13	181.613,50	369,12
PERNAMBUCO	PE	195.417,15	261.682,12	1.330,56
PIAUÍ	PI	105.356,21	163.884,11	65,02
PARANÁ	PR	268.232,15	109.342,03	25.279,60
RIO DE JANEIRO	RJ	119.127,40	57.936,26	54.077,80
RIO GRANDE DO NORTE	RN	99.989,09	158.442,03	275,36
RONDÔNIA	RO	33.686,87	106.778,38	914,52
RORAIMA	RR	19.777,80	94.077,68	11,59
RIO GRANDE DO SUL	RS	268.635,07	89.303,07	30.744,64
SANTA CATARINA	SC	154.972,57	48.534,94	17.132,17
SERGIPE	SE	59.281,20	157.584,96	149,88
SÃO PAULO	SP	528.867,11	37.923,85	64.108,09
TOCANTINS	TO	56.450,71	164.589,49	318,92
TOTAL		3.968.774,67	3.792.384,55	320.540,45

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

- <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br